

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HUMANIDADES

MÁRCIA MARIA SILVA PEIXOTO

**AFRICANIDADES: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

Vitória
2019

MÁRCIA MARIA SILVA PEIXOTO

**AFRICANIDADES: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini

Vitória

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

P379a Peixoto, Márcia Maria Silva.

Africanidades : formação continuada para professores do ensino fundamental – anos iniciais / Márcia Maria Silva Peixoto. – 2019.
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Aldieris Braz Amorim Caprini.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo,
Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, 2019.

1. Negros – Educação. 2. Discriminação racial. 3. Discriminação na educação. 4. Professores – Formação. 5. Ensino fundamental – Estudo e ensino. 6. África – História. I. Caprini, Aldieris Braz Amorim. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 305.896

MÁRCIA MARIA SILVA PEIXOTO

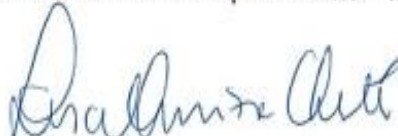
**AFRICANIDADES: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS.**


Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Aprovada em 02 de julho de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA


Doutor Aldieris Braz Amorim Caprini – Orientador
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes


Doutora Priscila de Souza Chisté Leite – Membro Interno
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes


Doutor Gustavo Henrique de Araújo Forde – Membro Externo
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes

MÁRCIA MARIA SILVA PEIXOTO

PEIXOTO, Márcia Maria Silva; CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Formação de Professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Vitória: Ifes, 2019. 55 p. (Caderno Pedagógico em formato de Livroto)

Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Aprovada em 02 de julho de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA



Doutora Priscila de Souza Chisté Leite – Membro Interno
Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes



Doutor Gustavo Henrique de Araújo Forde – Membro Externo
Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a minha família, pela força e sustento nos momentos mais difíceis. Ao meu pai José Carlos e minha mãe Maria da Cruz que em sua simplicidade tem a compreensão da importância deste momento em minha vida. Os irmãos Carlos Eduardo, Marcus Vinícius, Carla, Liliane e sobrinhos, meu muito obrigada por doar seu tempo para ouvir sobre os projetos e os anseios durante a pesquisa. Aos amigos pelas palavras de incentivo e motivação e pelo orgulho demonstrado em cada sorriso.

Aos colegas de curso que, em nossa pequena rede de apoio, reduziram distâncias, compartilharam vitórias, angústias e frustrações. Motivando-nos mutuamente. Em especial Tatyana Rodrigues Barcelos, que talvez não tenha a dimensão do quanto foi especial nessa jornada.

Obrigada aos professores do curso pela dedicação e comprometimento em compartilhar conhecimentos fundamentais para nossa trajetória e para além da vida acadêmica.

Destaco toda a minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, que por um acaso do destino se apresentou novamente em minha vida, guiando meus passos acadêmicos e sendo, como sempre, generoso e fundamental condutor desta pesquisa.

Agradeço a coordenação e a equipe administrativa do Polo a Universidade Aberta de Itapemirim – ES, pela acolhida da Formação Continuada e pelo empenho na divulgação e logística. Bem como aos docentes que abraçaram a pesquisa. Aos colegas de profissão que me estimularam e aos gestores das escolas onde atuo no município de Marataízes – ES, que confiam em meu trabalho e me dão espaço para atuar na educação para as relações.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram em cada passo dessa caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa procurou investigar quais as necessidades formativas para a Educação das Relações Étnico-raciais, no campo das Africanidades brasileiras e História da África, junto aos docentes que se tornaram sujeitos de nossa pesquisa e atuam como professores regentes de classe e de áreas específicas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, desenvolvemos a princípio um estudo e investigação teórico, científico e metodológico sobre as proposições que julgamos pertinentes a formação docente, bem como, utilizamos a abordagem temática das Africanidades, em especial as brasileiras. Por meio dela, discutimos de forma crítica, ações de combate ao racismo em nossa vivência escolar e em nossa prática social. Neste sentido, procuramos atender aos objetivos elencados no projeto de pesquisa por meio da sistematização da proposta formativa continuada sobre as Africanidades Brasileiras com pontuações e eixos temáticos que foram desenvolvidos no intuito de atender as demandas formativas que se aliem a Educação para as Relações Étnico-raciais, e que atuem de forma crítica, reflexiva e emancipatória. Os referenciais teóricos selecionados como arcabouço desta pesquisa incluem autores como Anderson Ribeiro Oliva, Demerval Saviani, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, entre outros, que convergiram na perspectiva crítica e reflexiva, e contribuíram para os processos formativos de modo específico embasando as atividades de estudo e o movimento educativo nas etapas da pesquisa e da formação continuada ofertada aos professores. Serão apresentados, ainda, os percursos metodológicos da pesquisa colaborativa fundamentada no fazer docente, bem como a caracterização da formação continuada e do livreto de material educativo.

Palavras-chave: Educação Étnico-racial. Africanidades. História da África. Formação de professores. Anos iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the formative needs for the Education of Ethnic-Racial Relations, in the field of Brazilian Africanities and History of Africa, with the teachers who became subjects of our research and act as teachers of class and specific areas in the Years. Elementary School Initials. Thus, at first, we developed a theoretical, scientific and methodological study and research on the propositions that we consider pertinent to the teacher formation, as well as, using the thematic approach of the Africanities, especially the Brazilian ones. Through it, we critically discuss actions to combat racism in our school experience and in our social practice. In this sense, we seek to meet the objectives listed in the research project by systematizing the continuing formative proposal on Brazilian Africanities with scores and thematic axes that were developed in order to meet the formative demands that combine Education for Ethnic-Racial Relations, and that act in a critical, reflexive and emancipatory manner. The theoretical frameworks selected as the framework of this research include authors such as Anderson Ribeiro Oliva, Demerval Saviani, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves and Silva, among others, who converged on the critical and reflective perspective, and contributed to the formative processes in such a way. Specific basis of study activities and the educational movement in the stages of research and continuing education offered to teachers. The methodological pathways of collaborative research based on teaching practice will be presented, as well as the characterization of continuing education and the booklet of educational material.

Keywords: Ethnic-racial education. African ties. History of Africa. Teacher training. Early years of Elementary School.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DIÁLOGO COM OS PARES	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	FORMAÇÃO CRÍTICA, REFLEXIVA E HUMANIZADORA.....	17
3.2	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES.....	21
3.3	AFRICANIDADES: DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO E ENSINO.....	30
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	36
4.1	A PESQUISA.....	36
4.2	SUJEITOS DA PESQUISA.....	37
4.3	DO CURSO.....	38
4.4	ANÁLISE E PRODUÇÃO DE DADOS.....	39
5	MATERIAL EDUCATIVO	41
6	FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ENSINO DE AFRICANIDADES	42
6.1	ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA INICIAL DO CURSO.....	42
7	PERCURSO TEÓRICO FORMATIVO – O PRODUTO EDUCATIVO	72
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO...85	
	APÊNDICE B – TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS.....	86
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	90
	APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE COLABORADOR.....	93
	APÊNDICE E – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA.....	94
	APÊNDICE F – CARTA DE ANUÊNCIA.....	95

APÊNDICE G – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	96
--	----

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal do Espírito Santo, seguindo a linha de pesquisa de formação de professores em Ensino de Humanidades com enfoque da investigação no campo da formação continuada de professores em Africanidades. Nesse sentido, o projeto dedica-se ao estudo de Africanidades pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de educação, na prerrogativa de que, a estes atores, é atribuída a missão de promover ações pedagógicas voltadas para uma formação emancipatória de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes de sua história e cultura.

O caminho percorrido por mim¹ até a elaboração desta pesquisa, conta com uma formação acadêmica inicial em História e uma trajetória de estudo e ensino que culminaram na minha atuação como tutora presencial do curso de formação de professores em Educação para as Relações (ERER), ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo, nos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. No ano de 2011, como formadora de professores, surgiu a oportunidade de fazer um estudo dos temas trabalhados nos encontros presenciais que versavam desde a história da África, até o papel da escola e seus sujeitos na Educação para as Relações Étnico-raciais. Foi um momento enriquecedor, pois na prática da tutoria pude realizar estudos em uma temática tão superficial em minha formação acadêmica. Ali também identifiquei o quanto a formação dos professores na graduação é displicente em relação ao tema e o quanto muitos professores estão à parte de uma educação humanizadora e comprometida com a formação de cidadãos conscientes de sua participação e contribuição social e, especialmente, no combate à discriminação racial.

No que se refere a minha prática docente na Educação Básica, onde atuo, desde 2011, como professora nos anos finais do Ensino Fundamental da disciplina de História, procuro sempre envolver e debater com os alunos temas que vão além do currículo previsto na Lei 10639/2003.

Utilizaremos o verbo em primeira pessoa por ser apropriado ao gênero textual Memorial, obrigatório nas dissertações do mestrado profissional.

Acredito que o professor não possa ficar alheio a fatos e eventos sociais que pontuam questões como respeito ao próximo, às diversidades étnicas, à tolerância religiosa, entre outros, que colocam em cheque nossos valores e consciência profissional e ética. Defendo que ensinar História é formar cidadãos para a vida em sociedade e esta tarefa deve ser constante e obstinada.

Quanto ao ensino de História da África e Africanidades brasileiras, pontuo que, considerando minha experiência nos espaços escolares, a premissa didático-pedagógica atribuí às salas de aula – e aos atores destes espaços – a missão de promover ações pedagógicas voltadas para a valorização dos alunos e suas heranças culturais, além de garantir uma educação emancipatória. É o lugar onde “[...] educar para a igualdade tem como pressuposto uma educação antirracista” (BOTELHO; CAMPOS, 2011, p. 27). Ou seja, nossos espaços escolares devem propiciar uma educação que proporcione a convivência harmoniosa entre os diferentes tendo como ponto de partida o princípio da alteridade que desperte nos alunos reflexão e criticidade libertadora. Cabe aqui uma ação pedagógica com recursos didáticos para desenvolver e estabelecer atividades que fortaleçam relações sociais baseadas em respeito, humanização e cidadania entre os indivíduos.

A trajetória aqui descrita me proporcionou uma reflexão sobre a temática étnico-racial na formação inicial, continuada e na prática docente em sala de aula. Reflexão esta que se deu ao observar e acompanhar os colegas docentes que afirmavam não possuir formação específica em História da África e na temática das Africanidades, no entanto, atuavam com turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. Nossas conversas expressavam as possibilidades de desenvolver diversas práticas, metodologias e didáticas que em muito contribuiriam para a educação antirracista, já nestes anos iniciais e questionávamos quais instrumentos didáticos e pedagógicos poderiam embasar nossas práticas docentes.

Este contexto me levou a presente pesquisa que se dedicou a formação continuada de professores na temática das Africanidades e História da África como balizadores de uma educação antirracista, e a elaboração de um material educacional que sintetize o presente estudo e, ao mesmo tempo, contribua para a formação de

docentes comprometidos com a diversidade étnico-racial para uma educação emancipatória.

A delimitação do campo de atuação da pesquisa na formação continuada voltada para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental se justifica pela contribuição da formação continuada para o ensino e aprendizagem de noções historiográficas. Essas noções que podem ser desenvolvidas nos anos iniciais agregando diferentes fontes e linguagens que disseminem as Africanidades nas diversas abordagens dos conteúdos ensinados não compõem, de forma específica a formação inicial do professor. Quanto a História, sabe-se que nos anos iniciais ela está organizada no currículo, dentre outros modos, de forma temática. Assim sendo, o ensino da História tem a perspectiva de que os alunos reconheçam, já nos anos iniciais, que a História se constrói nas relações dos sujeitos com os espaços, na diversidade das realidades culturais e nas temporalidades, entre outros, por meio da sua vivência sociocultural (FONSECA, 2009).

Para além do ensino específico de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contamos com disciplinas como Português, Arte, Geografia, entre outras, que são campo de atuação para o ensino das relações étnico-raciais, como aponta a Lei 10.639/2003, daí a importância de atuarmos de forma a valorizar o estudo das Africanidades que percorrem todas as áreas do conhecimento e da cultura brasileira disseminando-se nos conteúdos abordados. Reafirmamos que não foi intenção dessa pesquisa tratar especificamente da formação em a História da África e afro-brasileira na formação continuada, tão pouco discutir o currículo dos anos iniciais e sim articular de forma ampla a perspectiva das Africanidades e possibilidades didático-pedagógicas no ensino e na aprendizagem dos alunos como uma abordagem das raízes brasileiras que se fundam nas origens africanas em nossa constituição de nossas relações socioculturais.

Assim, questionamos: como sistematizar uma formação continuada a partir das necessidades formativas dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, para práticas emancipatórias e de combate ao racismo, no ensino das Africanidades, em convergência com a educação para as relações étnico-raciais e como podemos sistematizar uma formação continuada que atenda a essas demandas formativas.

Objetivo Geral:

- Sistematizar uma proposta formativa continuada sobre Africanidades no campo da educação para as Relações Étnico-raciais de forma que atenda às necessidades constatadas junto aos docentes, dos anos iniciais do ensino fundamental, em uma perspectiva crítica, reflexiva e emancipatória.

Objetivos específicos:

- Analisar a trajetória da formação de professores no que se refere às Africanidades, a partir de suas narrativas, no percurso da formação continuada;
- Promover estudos temáticos sobre Educação para as Relações Étnico-raciais, Africanidades e Temas da História da África;
- Desenvolver a produção do material educacional sobre Africanidades em formato de livreto sintetizando a formação continuada.

Na intenção de contemplar esses objetivos, apresentamos nos capítulos seguintes o diálogo com algumas publicações recentes sobre a temática da pesquisa com os quais estabelecemos aproximações e distanciamentos dos nossos objetivos de pesquisa. Na sequência, trataremos da fundamentação teórica que norteará as etapas da pesquisa, dividindo-se em seções que destacam a formação do professor na perspectiva histórico-crítica. Encerramos o capítulo com uma discussão sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, o ensino da temática das Africanidades Brasileiras e da História da África. O capítulo sobre a metodologia de pesquisa desenvolvida para contemplar os objetivos é abordado de forma a evidenciar as etapas e sujeitos da pesquisa. Por fim, abordaremos a proposta do material educativo produzido e validado por meio da formação continuada, atendendo as especificações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES/MEC, e a obrigatoriedade estabelecida para os programas de mestrado profissional, os resultados preliminares da pesquisa, bem como o cronograma proposto para a execução das atividades e etapas da pesquisa.

2 DIÁLOGO COM OS PARES

Tendo como objeto de pesquisa a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental para o ensino de Africanidades a busca por produções e pesquisas que agregassem valor teórico e metodológico a essa pesquisa procurou focar em teses e dissertações que discorressem sobre o tema e trouxessem um panorama das práticas formativas e abordagens sobre a História da África que atendessem aos nossos descritores. Ao utilizar o banco de dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, com acesso em 15 de maio de 2017, procuramos por instituições com programas de pós-graduação em História da África e Afro-brasileira e do Mestrado Profissional. Encontramos, assim, 56 teses e dissertações que responderam aos descritores “formação continuada em história”, “história da África” e “educação e História da África” em um recorte de período entre os anos de 2013 e 2016.

Nesse sentido, foram selecionadas, dentre os resultados das pesquisas pelos descritores, duas dissertações e duas teses mais relevantes para a revisão bibliográfica, metodologias de ensino e aprendizagem e aporte teórico, além de se aproximarem dos objetivos gerais e específicos deste projeto:

Quadro 1 – Relação de pesquisas acadêmicas em análise

Título	Autor/a	Categoria	Ano de publicação	Origem
1 - “Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana”.	MARCHI, Sandra Aparecida.	Dissertação de mestrado Profissional	2016	ProfHistória Santa Maria – RS
2 - “História da África e culturas afro-brasileira no currículo: propostas de trabalho”.	SANTOS, Maria Sherol dos Santos.	Dissertação de Mestrado Profissional de História	2016	ProfHistória UFSM
3 - “A educação para as relações e o estudo de história e cultura da África: formação, saberes e práticas educacionais.”	PAULA, Benjamim Xavier de.	Tese de doutorado	2013	Pós-Graduação em Educação UFU
4 - “A vez da África? O ensino da História africana em escolas públicas da Bahia.”	BORGES, Jorgeval Andrade.	Tese de doutorado	2014	Pós-Graduação em Educação UFBA

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A pesquisa “Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana” de Sandra Aparecida Marchi é um trabalho do programa de Mestrado Profissional em ensino de História do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria–RS. Nela encontramos uma proposta de pesquisa que se baseia na formação do docente para o ensino de História da África como uma ação afirmativa para abordar as questões relativas ao preconceito de cor. Parte dessa problemática pautando-se nas práticas preconceituosas e de racismo identificadas em nossa sociedade, e por reprodução, em nossos espaços escolares. A autora aponta o ensino de História da África e afro-brasileira como instrumento e oportunidade para a promoção de ações afirmativas dentro desses espaços fortalecendo as práticas que levam alunos e professores a reflexão. Quanto as abordagens sobre a formação de professores, a pesquisa aponta as ausências na formação inicial acadêmica sobre o tema História da África e afro-brasileira, o que pode refletir de forma negativa na prática docente. Nessa perspectiva a formação continuada surge como um caminho para a reflexão sobre a teoria e as práticas que permeiam nosso fazer didático-pedagógico.

Esse ponto da pesquisa analisada converge com as pretensões de nossa pesquisa no sentido de estabelecermos as proposições que julgamos pertinentes na formação de professores reflexivos no combate a ações discriminatórias e de preconceito à luz do ensino de história da África, partindo de uma ação formativa que se desenvolva de forma processual e continuada.

A dissertação “História da África e culturas afro-brasileira no currículo: propostas de trabalho” é uma dissertação do Mestrado profissional de História de autoria de Maria Sherol dos Santos. Nela a autora apresenta um resgate histórico da formalização e implementação de leis que atenderam aos movimentos sociais na inclusão do ensino de História da África e afro-brasileira nos currículos escolares e sua consonância com os direitos educacionais e constitucionais no que se refere à formação de cidadãos críticos e conscientes. Embora se trate de uma pesquisa do programa de mestrado profissional, não identificamos uma proposta de intervenção

que fosse validada por professores. O material educacional alinhado a pesquisa é um *web site*¹, onde há um curso sobre História da África se dá de forma instrutiva.

Infelizmente o sítio não está mais disponível para acesso e análise, no momento de nossa busca virtual. A autora conclui sua escrita ressaltando que a demanda legal estimulou uma variedade de materiais editoriais e virtuais sobre a História da África, no entanto, falta critério para a análise dos mesmos à luz dos parâmetros da Lei 10.639/2003. Nesse ponto consideramos que a pesquisa difere-se da nossa.

A tese de doutorado de Benjamim Xavier de Paula intitulada “A educação para as relações e o estudo de história e cultura da África: formação, saberes e práticas educacionais”, foi apresentada no programa de pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A tese tem como objeto de pesquisa a formação continuada de professores para a implementação do ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira o que a torna próxima de nossa pesquisa quanto aos temas relevantes para a formação continuada que pretendemos sistematizar. A investigação sobre os saberes docentes se deu por meio de estudos com grupos focais na formação continuada onde foi identificada uma lacuna sobre a História da África já na formação inicial dos docentes envolvidos na pesquisa. Desse modo, pode-se atribuir a formação continuada um papel de suma importância na abordagem da temática na educação básica e sua contribuição para a construção de novos saberes e ressignificação de saberes anteriores. Além de conscientizar os sujeitos para a valorização de várias identidades presentes no espaço escolar. Tal pesquisa contribuiu para nossas expectativas quanto a formatação e sistematização da formação continuada.

Em “A vez da África? O ensino da História africana em escolas públicas da Bahia” Jorgeval Andrade Borges apresenta ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia uma investigação sobre o ensino de história africana nas escolas públicas de educação básica na Bahia, com foco nas práticas didático-pedagógicas e no conteúdo aplicado. Apresenta, ainda, uma análise entre a historiografia africana e as propostas das diretrizes curriculares nacionais relacionadas ao tema e a verificação do conteúdo que é levado às salas

¹ Disponível em: <www.ensinodehistoria.com.br>.

de aula e as abordagens feitas pelos professores sujeitos da pesquisa com grupos focais.

Uma reflexão nesse estudo é a constatação de que o que se ensina em sala de aula está em desalinho com a historiografia atual sobre a África. Daí a insegurança teórica dos professores quando o assunto é o que trabalhar em sala de aula, para além das pontuações reducionistas e visões eurocêntricas dos livros didáticos adotados. Outra constatação das dificuldades em se desenvolver e sistematizar conteúdos sobre História da África e afro-brasileira nos planos de curso da disciplina História. Seja na educação básica ou nas graduações.

Podemos estabelecer nessa pequena mostra que as pesquisas produzidas na atualidade nos programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais, convergem com nosso pensamento de que refletir as relações étnico-raciais no ambiente escolar passa pelo ensino da História da África e Africanidades, bem como propicia sensibilizar os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem sobre às problemáticas racistas e preconceituosas que permeiam nossas relações sociais.

A ideia de sistematizar e implementar formações continuadas que possibilitem os debates, o diálogo e a revisitação dos saberes compartilhados entre os docentes também é compartilhada pelos autores aqui mencionados, tendo o entendimento que isso ocorre de forma processual. Também é um ponto comum nas dissertações, que a revisitação as bases teóricas da temática são fundamentais para se refletir as práticas e ações didático-pedagógicas do ensino de História no ensino básico. No entanto, nos distanciamos destas produções analisadas, ao apresentar um aspecto metodológico colaborativo no processo formativo, considerando a prática docente dos sujeitos de nossa pesquisa como elemento fundamental para a ação e reflexão dos temas discutidos na formação continuada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos nossa base teórica que se pauta na perspectiva histórica, crítica e humanizadora da Pedagogia Histórico-crítica, bem como a visão teórica para a Educação para as Relações Étnico-raciais, e o ensino de Africanidades.

3.1 FORMAÇÃO CRÍTICA, REFLEXIVA E HUMANIZADORA

As discussões atuais em torno da formação docente, revelam uma preocupação latente sobre quais seriam os aspectos fundamentais para a formação de professores de modo a atenderem as demandas formativas que surgem na sociedade atual. Dentre os aspectos da formação docente, sejam eles abordados na formação inicial ou continuada em suas variadas formas, destacamos o pensamento de Saviani (2011), quando as formas e processos pedagógicos da formação docente desde o campo das licenciaturas. O autor nos chama a atenção para a situação de descontinuidade das propostas pedagógicas nos processos formativos nos últimos dois séculos da história da educação no Brasil que acaba por interferir positivamente na preparação do professor para atender as demandas sociais que se apresentam na educação escolar:

Ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente no Brasil revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país (SAVIANI, 2011, p. 10).

A despeito das responsabilidades que cercam a educação escolar, que entendemos não serem parte da função direta do docente, espera-se que o professor assumira postura de domínio diante do conhecimento científico, para além da sua simples reprodução respeitando os papéis que cada seguimento e sujeito tem na educação escolar. Atribuímos a escola o papel de socializar o conhecimento sistematizado como fundamentado por (SAVIANI, 2003, p. 14) quando ele afirma que “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber

sistematizado e não ao saber fragmentado; a cultura erudita e não a cultura popular”, neste cenário, a função do professor, ainda segundo Saviani (1997), seria atuar como facilitador da transformação do aluno e de sua consciência.

Sem nos debruçar sobre as implicações e discussões sobre os modelos pedagógicos de formação de professores já estabelecidos na educação brasileira, sejam eles os de conteúdos culturais cognitivos ou pedagógico-didático, e sem pretender entrar no mérito de analisar os fundamentos de cada um deles, refletimos sobre quais saberes seriam pertinentes para o debate sobre uma prática docente crítica, reflexiva e humanizadora como sugere o subtítulo deste capítulo. Mais adiante, analisaremos os pontos específicos de uma formação continuada sobre os temas objeto de nossa formação continuada, mas para tanto, projetamos que esse sujeito seja munido de outros saberes que compõem o fazer docente em uma perspectiva histórico-crítica. Sendo assim, nos propomos conduzir nossa formação continuada para que a mesma cumprisse os critérios de uma formação humanizadora e emancipatória estabelecidos pela proposta histórico-crítica.

Tivemos o entendimento que esse docente ao atuar de forma emancipatória e humanizadora, no ensino das Africanidades, em via de regra, valoriza os conhecimentos construídos historicamente e que, por vários motivos são desconsiderados como saber científico e reservado a ao campo do saber popular com um desmérito de sua importância na formação humana. Sobre o conhecimento pedagógico, fundamental para o ensino desses saberes, Saviani (1997) afirma diz que:

Com efeito, além do saber didático-curricular, que diz respeito à forma como os conhecimentos se organizam e são trabalhados na escola, há um conhecimento pedagógico que ultrapassa esse âmbito e que parece também necessário ao professor (SAVIANI, 1997, p. 133).

Sendo o docente o sujeito também produtor de conhecimento, juntam-se a esses saberes, considerados essenciais para a atuação docente, o conhecimento específico de sua disciplina, os saberes disciplinares, o saber atitudinal, que é traduzido pelas atividades atribuídas ao cotidiano do professor, como diálogo, clareza, equidade, entre outras e o saber crítico-contextual (SAVIANI, 1997). Com efeito, dentre os saberes e conhecimentos produzidos e transmitidos pelo docente, consideramos que a nossa formação continuada alinhou-se aos os saberes

crítico-contextual e pedagógico, em nossa especificidade em tratar as Africanidades brasileiras e a História da África dentro de uma “compreensão das condições sócio-históricas que determinar a tarefa educativa” (SAVIANI, 1997, p. 135).

Considerando, ainda, que uma educação para as relações étnico-raciais exige do professor, domínio teórico e práticas educacionais pontuais que incentivem a reflexão e o debate, promovam a superação de uma cultura de discriminação racial e eduque para o convívio social. Pensando nisso, primamos para que nossa formação continuada de professores apontasse as premissas da Pedagogia Histórico-crítica, sobre as quais Saviani (2011), diz consistirem na:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 2011, p. 8-9).

Desse modo, procuramos, ao longo da formação continuada, estabelecer os saberes presentes no campo de estudo das Africanidades e da História da África, sistematizados a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva que, por fim, ressignificassem a visão mediadora desses saberes nos processos de ensino e aprendizagem. Nos apropriamos e disseminamos esses saberes por meio de um desenvolvimento didático e metodológico que buscou não se distanciar de nossas pretensões formativas: priorizar uma formação continuada, que, nos limites de sua execução, refletisse a prática social, traduzida no fazer docente, em um movimento transformador e humanizador.

Não foi nossa intenção nos aprofundar, neste momento, nos aspectos ontológicos da pedagogia histórico-crítica, dando-lhe o total e merecido espaço de análise aos seus pressupostos. A vista disso, nos apropriamos da perspectiva da “mediação” e “prática social” como categorias da pedagogia Histórico-crítica. Sobre mediação, Saviani (2015) afirma:

A categoria de mediação é central na pedagogia histórico-crítica a tal ponto que, para essa teoria pedagógica, a educação é entendida como uma atividade mediadora no interior da prática social global. Como tal, o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social (SAVIANI, 2015, p. 3).

Além de lançar mão das concepções de mediação como categoria de análise, avançamos na compreensão da “prática social”, para analisarmos de forma dialética os processos históricos nos quais nossa formação continuada está inserido e foi delineada de modo a discutirmos as implicações inerentes da vivência cotidiana social e cultural do espaço escolar. Para Saviani (2015), assumir uma educação com essa perspectiva de análise da prática social, significa:

Portanto, assumir essa orientação pedagógica na atividade educativa significa ter presente o modo como está estruturada a sociedade atual no interior da qual os educandos nasceram. Cabe, portanto, educá-los para viver nessa sociedade, o que implica conhecê-la o mais profundamente possível. E conhecer significa não apenas deter informações, mas compreender as relações, compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção (SAVIANI, 2015, p. 36).

Convergingo com esse pensamento crítico e reflexivo para nortear nossa proposta de formação continuada, apontando as alegações de mediação, reflexão e criticidade histórica da Pedagogia Histórico-crítica, defendemos que a formação humana passa pela educação. Para Saviani, o ato educativo na perspectiva Histórico-crítica,

[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2011, p. 13).

Dessa forma, compreendemos que a Pedagogia Histórico-crítica assume uma perspectiva educacional e formativa que visa resgatar a importância da escola e a reorganização do processo educativo de forma histórica, quando interfere sobre a realidade social podendo contribuir para sua transformação sendo crítica por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação.

Diante do que foi exposto até aqui sobre criticidade e a reflexão na produção e transmissão dos saberes, sem desprezar as relações sociais que se estabelecem

nos espaços educacionais, julgamos que foi pertinente à pesquisa situarmos a formação docente continuada na perspectiva histórico-crítica e no debate sobre a diversidade étnico-racial, delineando as necessidades formativas do professor no panorama atual da Educação para as Relações Étnico-raciais, em uma perspectiva histórico-crítica, e estabelecendo os principais conceitos e pressupostos no campo da formação de professores para o ensino das Africanidades e História da África.

3.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Quando falamos em formação de professores há a inicial e a continuada, neste trabalho optamos pela formação continuada com recorte temático em educação para as relações étnico-raciais. Neste sentido, julgamos indispensável compreender como essa categoria está intimamente articulada à prática docente. Para Caprini (2017),

Pensar em formação contínua é de tal sorte, refletir numa dialética de formação na qual o professor reflete sua prática na perspectiva de transformá-la com suporte no diálogo do cotidiano, com referenciais teóricos, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional. Tanto na formação inicial, em que a prática era, na maioria das vezes, simulações do real, como na formação contínua, na realidade da sua profissão, existe a perspectiva da práxis (CAPRINI, 2017, p. 19).

Sobre suas características continua,

Salientamos que a formação contínua é caracterizada pelo fato de o docente desenvolve processos formativos dentro da profissão, ou seja, estar em formação constante nas atividades que desenvolve, realizando, assim, uma reflexão **na** e **sobre** a prática (CAPRINI, 2017, p. 19. Grifo do original).

Compreendemos, dessa forma, que este modelo de formação continuada, constante e que reflete sobre sua ação docente, atende às expectativas objetivas de nossa pesquisa, tanto de desenvolvimento profissional quanto da condição humana do professor, quando a mesma oportuniza a reflexão crítica da prática docente com a possibilidade de um aprofundamento teórico que dialogue com o fazer docente de forma contínua. Isso feito, em nosso caso, com o intuito de superar modelos pedagógicos e pensamentos enraizados no racismo.

As reflexões que fazemos para discutir as Relações Étnico-raciais, dentro de uma proposta de formação continuada, nos conduzem na busca de um entendimento

sobre os contextos em que se dão estas relações. Quando utilizamos o termo “Relações Étnico-raciais” estamos nos referindo às vivências cotidianas de grupos étnicos que compõem nossa sociedade em sua multiplicidade e diversidade sociocultural. Dessa forma, almeja-se alcançar, nestas relações sociais, uma vivência harmoniosa e humanizada entre grupos de diversas etnias na qual os direitos, que são garantidos ao homem e ao cidadão, estão contemplados a todos com acesso pleno aos seus direitos e deveres como cidadão para os quais respeito, alteridade e tolerância são elementos básicos para o combate ao racismo e ao preconceito racial.

Assim, Gomes (2011), define as relações como sendo,

Relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária. Trata-se, portanto, de relações construídas no processo histórico, social, político, econômico e cultural (GOMES, 2011, n. p.).

A expressão “étnico-racial” surge em um contexto teórico, social e político em que as discussões sobre a concepção de raça e sua ressignificação epistemológica são articuladas em diversas áreas do conhecimento. Tal ressignificação de raça aponta para a dimensão social e política atual que visa superar a concepção biológica do século XIX, na qual se defendia a classificação da humanidade com base em raças superiores e inferiores. Como nos aponta Muller *et al.* 2009 (p. 18), “Raça não existe do ponto de vista da biologia e da genética. Mas existe no imaginário social, portanto é uma construção social”. Sendo assim, ao nos referirmos ao termo raça, e suas várias formas de manifestação, estamos tratando da concepção social.

Nessa perspectiva apontamos como centro epistemológico da expressão “étnico-racial” a fundamentação em questões pertinentes à população negra brasileira. Questões que devem ser discutidas para além da classificação racial e dos fenótipos que as definem. A realidade do negro brasileiro deve ser compreendida em sua dimensão simbólica, política, mítica, territorial e de identidade.

Quando aproximamos a escola do debate sobre as Relações Étnico-raciais no Brasil, nos deparamos com relações conflituosas e embates que nos exigem o domínio teórico de conceitos como racismo, identidade, etnia, entre outros. A

compreensão destes conceitos é pertinente às reflexões, ações pedagógicas e formativas as quais nos propomos a desempenhar para uma educação emancipatória.

Lançando um olhar panorâmico sobre a história de nossa sociedade brasileira, identificamos, sem muito esforço, uma sociedade construída, no pós-abolição, com bases em uma cultura e política de desigualdade, na qual a dominação e a violência recaíram sobre o povo negro (LIMA, 2008). Esse contexto fortaleceu as práticas racistas, ainda hoje existentes em nossas relações sociais e, por conseguinte, em nossos espaços escolares. Não temos o objetivo, nesta pesquisa, de aprofundar, neste momento, nos tipos de racismo existentes em nossa sociedade. No entanto, acreditamos que compreender melhor as concepções sobre o racismo e como ele se manifesta entre nós, é um caminho eficaz para uma educação que tenha em seus objetivos o combate ao racismo, como defende Gomes (2005),

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os (as) educadores (as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores (GOMES; MUNANGA, 2005, p. 148).

Reafirmamos, neste sentido, nossa preocupação constante com uma formação continuada que venha fornecer as ferramentas de ensino e aprendizagem necessárias aos docentes para que estes possam atuar no combate ao racismo e no fortalecimento da identidade étnico-racial dos afrodescendentes.

Podemos identificar uma sistematização da educação para as Relações Impulsionadas pela Lei 10.639/2003, na qual se destaca a obrigatoriedade da inclusão do Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação básica nos estabelecimentos de ensino. Esta lei é seguida da Lei 11.645/2004, que acrescenta a temática indígena na obrigatoriedade de ensino. Vale ressaltar que o percurso que se segue até a implementação dessas leis é marcado pelas lutas de movimentos sociais que se traduziram em políticas públicas para a educação que fosse marcada pela valorização da cultura do povo afro-brasileiro, e indígena, e pelo combate ao racismo em nosso país. Destacamos o protagonismo do Movimento Negro em suas décadas de debate político-social em todo país e

enfrentamento na luta contra o racismo, na construção de caminhos que levaram a estrutura legal para o Ensino de História da África e Afro-brasileira e para a Educação nas Relações Étnico-raciais, que temos na atualidade. Segundo Gomes (2017), podemos admitir, que entre outros atores, a sociedade brasileira não chegaria a esse momento sem a atuação histórica do movimento negro. E acrescenta, ainda,

É possível perceber que o Estado brasileiro, ao reconhecer a imbricação entre desigualdades e diversidade, vem incorporando, aos poucos, a raça de forma ressignificada em algumas de suas ações e políticas, especialmente na educação (GOMES, 2017, p. 36).

Para Gomes (2017), a participação do movimento negro educador na elaboração das propostas e na militância negra e sua importância para a sociedade brasileira e na elaboração de políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais elevam-se, pois,

O movimento negro conquistou um lugar de existência afirmativa, no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politizar a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante (GOMES, 2017, p. 21).

Em um breve histórico, identificamos a busca por um novo lugar social e político para o negro no Brasil sendo evidenciada no ano do centenário da Abolição da escravatura e os reflexos da luta dos movimentos negro e sociais passam a ser reconhecida a partir da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Nela, as questões sobre a diversidade étnico-racial e cultural em nosso país são finalmente reconhecidas em uma constituição brasileira.

Sendo assim, partir para as intervenções nas políticas curriculares tornava-se imprescindível nesse projeto de revisão das abordagens temáticas e dos conteúdos negligenciados no currículo de História, a exemplo da História da África e dos povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, uma educação pela igualdade deve contemplar temas, conteúdos e saberes das Africanidades que contribuam para o resgate e construção da memória e identidade cultural de um povo, bem como promover debates sobre as recorrentes práticas, ações e discursos racistas e preconceituosos existentes nos espaços escolares e na historiografia até então apresentada em sala de aula.

A partir da década de 1990, no quadro de leis que versam sobre o ensino de História da África e afro-brasileira, teremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996. Ela estabelece que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 1996, n. p.). Quanto aos conteúdos, a lei define que os mesmos devem incluir aspectos da história e da cultura que contribuíram para a formação população brasileira bem como o estudo da África, dos africanos e indígenas e sua luta.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1998, apresentaram um perfil mais sugestivo que indicativo no que se refere aos conteúdos do ensino de História da África e afro-brasileira. Embora apresente o princípio da alteridade para nortear os temas a abordados no currículo de história, a indicação sobre a temática da História da África se apresenta de forma superficial indicando que os temas transversais devem ser desenvolvidos nos currículos estaduais e municipais.

Ao sugerir os conteúdos os parâmetros apresentam certa dificuldade em nomear e identificar conteúdos como os conjuntos civilizatórios ou as sociedades africanas. Estes são organizados a partir de eixos temáticos centrais como a “História das relações sociais e a natureza” e “Relações de trabalho”. A marca da superficialidade e a pouca consistência nos anos dos ciclos do Ensino Fundamental. Os temas apontados se voltam para o estudo da História do Brasil da Europa e da América, ficando a África e o Oriente em um plano secundário. Estas sugestões e possibilidades de abordagens temáticas apresentam a África com uma perspectiva que parte das experiências históricas das culturas tradicionalmente eurocêntricas. Embora inclua determinados temas voltados para o estudo da história africana, os PCN's se ausentam de uma perspectiva centrada na própria trajetória das sociedades em África em uma estrutura de conteúdos.

Chegamos, então, ao marco legal mais expressivo para a educação das Relações Étnico-raciais que é a Lei 10.639/2003. Seu texto apresenta-se como uma ação afirmativa e torna obrigatória a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação básica. Esta lei alterou a Lei de Diretrizes

Básicas da Educação Nacional. Em destaque os seguintes artigos sobre a obrigatoriedade do ensino e dos conteúdos em si,

Art. 26 – A. nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. (Incluído pela lei n. 10.639, de 9/1/2003.)

§1º - O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artísticas e de Literatura e Histórias Brasileiras; (Incluído pela lei n. 10.639, de 9/1/2003.) (BRASIL, 2003, n. p. Grifo do original).

Em outubro de 2004 visando regulamentar os processos pedagógicos que se baseassem na cultura negra, e atendessem as demandas da Lei 10.639/2003, são criadas as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Afro-brasileira e Africana” (DCN’s) de 2004. Estas leis justificaram o entendimento dos movimentos sociais, em destaque o Movimento Negro, que a escola deve exercer seu papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade (GOMES; FONSECA, 2011, p. 41).

Ao analisarmos o Parecer do Conselho Nacional e Educação (CNE/CP nº 3/2004) para as diretrizes, identificamos as indicações básicas para entidades de ensino, famílias, educadores e toda a comunidade, de como promover uma educação que concorra para a formação de “[...] cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial e que compreendem que as diferenças sociais, culturais e raciais não determinam inferioridade e, sim, diversidade” (CAMPOS; SILVA, 2011, p. 75).

A implementação das diretrizes, por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, envolveu um conjunto de ações que procuram transcender os limites das aulas de História e envolver os sujeitos em todos os espaços da educação. Em síntese, segundo Guimarães (2012),

Evidencia-se no texto do documento a necessidade de assegurar a formação inicial e continuada de professores, adequada não só para o ensino dessas temáticas, mas para as ações educativas multiculturalmente orientadas. Isso requer profundas transformações nos currículos, nos projetos pedagógicos dos currículos superiores e na formação dos formadores de professores (GUIMARÃES, 2012, p. 84).

Vale destacar que as leis e pareceres aqui mencionados não se resumem a mera inclusão dos conteúdos sobre História da África e Afro-brasileira na tentativa de rever os currículos existentes que traduzem a visão eurocêntrica com a qual foram construídas a História e os modelos curriculares atuais. Para além desse debate curricular, pretende-se possibilitar o tratamento da temática das Relações Étnico-raciais no cotidiano escolar com debates e práticas que se direcionam ao combate à discriminação e ao racismo. Outro ponto de discussão se refere aos atores que protagonizam a implementação desses debates.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais sugerem que, em especial, professores de História, Literatura e Arte atuem em suas áreas desenvolvendo ações pedagógicas. No entanto, é pertinente que todos os que atuam na educação tenham ciência de seu papel como formador de cidadãos críticos e reflexivos que, acima de tudo, valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial em seus espaços educacionais.

Guimarães (2012) destaca que todas essas leis, políticas públicas e ações afirmativas e todas as suas diretrizes, devem confluir para o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação escolar. Para tal propósito, a escola deve incentivar e promover ações pedagógicas que executem as propostas contidas nas políticas educacionais, bem como, desenvolvam projetos e práticas institucionais sistematizados. Dessa forma, defendemos uma formação continuada de professores que se dedique ao estudo e compreensão das concepções fundamentais para as relações, assumindo postura crítica, reflexiva e ética diante da diversidade étnica e cultural.

Seguindo a perspectiva crítica na formação de professores para desenvolverem um trabalho voltado para a diversidade étnico-racial, Moreira (2011) nos apresenta alguns pontos de ação que podem ser desenvolvidos na formação docente continuada. Segundo o autor, nos processos formativos, os docentes em formação não podem ignorar as questões sobre a diversidade na escola e os conflitos que surgem a partir dessa diversidade, daí a necessidade de favorecer a aprendizagem de habilidades necessárias à promoção de um diálogo crítico e autocrítico. Neste processo dialógico, podem ser abordados, por exemplo, os preconceitos e

estereótipos racistas internalizados em nós, e que nos limitam como sujeitos éticos e combatentes ao racismo escolar.

Isso significa, segundo Gomes (2005), ter o entendimento de que os conceitos teóricos estão ligados às experiências concretas, e essas experiências podem nos conduzir a uma mudança de valores, significados e ações. Pontuamos, ainda sobre a relevância de propostas de formação que busquem uma prática pedagógica comprometida com a diversidade, promovendo momentos e espaços formativos reflexivos e ativos sobre a questão étnico-racial.

Para Oliva (2003), devemos estar dispostos a superar o desconhecimento sobre o tema e romper os silêncios dentro dos livros didáticos adotados em nossas escolas. Assim, sentenciamos após analisar os principais conteúdos sobre História da África presentes em alguns títulos de livros didáticos de História para o ensino fundamental,

Silêncio, desconhecimento e poucas experiências positivas. Poderíamos assim definir o entendimento e a abordagem da história africana nas coleções de livros didáticos brasileiros. Apenas um número muito pequeno de manuais possui capítulos específicos sobre a temática. Nas outras obras, a África aparece apenas como figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outros assuntos (OLIVA, 2008, p. 3).

Quanto à presença do negro na História do Brasil, outro exemplo em uma visão geral, essa é evidenciada na escravização dos negros trazidos da África e some após a abolição da escravatura em 1888. As referências são simplistas, generalizadas ou silenciadas nos conteúdos e no currículo escolar.

Sobre os procedimentos formativos para a educação para a diversidade étnico-racial, Moreira e Canen (2001), destacam que a sensibilização para a diversidade cultural pode influenciar de forma positiva a educação. Conscientização cultural, prática reflexiva, problematização dos conteúdos específicos e pedagógicos e reconhecimento do caráter múltiplo das identidades culturais, também são apresentados pelos autores como setas norteadoras para uma formação docente que atenda aos critérios de atuação da educação para as relações.

Destacando a complexidade do campo da formação de professores e professoras para a educação étnico-cultural na diversidade, Gomes (2011) aponta que na estruturação de uma formação continuada, devemos ter o entendimento que o profissional da educação é um sujeito sociocultural. Desse modo, não podemos desconsiderar as referências pessoais e simbólicas que compõem sua construção humana, ao adotar uma posição teórica e metodológica em uma formação que considere atuar nos contextos de diversidade cultural e social, articulando os aspectos contextuais, do professor, propondo mudanças, compartilhando e ressignificando as práticas e se aprofundando no referencial teórico. Como nos alerta a autora, “[...] pensar a diversidade étnico-cultural na formação de professores/as implica dar destaque aos sujeitos e às suas vivências nos processos históricos e socioculturais que acontecem dentro e fora da escola” (GOMES, 2011, p. 21).

Ainda sobre as revisões teóricas, conceituais e metodológicas que devem ser articuladas por uma formação continuada com a intenção de promover uma ressignificação das práticas atuais de formação, Moreira (2011), seguindo uma perspectiva crítica para formação de professores, propõe o desenvolvimento de um trabalho com a diversidade étnico-racial abordando alguns pontos específicos. Inicialmente, os educadores não devem ignorar as questões da diversidade nas escolas em que atuam. Assumindo uma postura ativa diante de práticas racistas e preconceituosas. Quanto a uma proposta de formação docente, esta deve agir como facilitadora do desenvolvimento de habilidades e competências pedagógicas necessárias à promoção de um diálogo que favoreça a dinâmica de crítica e autocrítica. Outro ponto apresentado pelo autor trata de um elemento fundamental na formação docente: a abordagem dos preconceitos e dos estereótipos dos professores de modo a construir ferramentas e argumentos contrários ao racismo.

Estar envolvido em diversas experiências culturais é outro ponto destacado pelo autor. Moreira (2011) ressalta ainda a relevância de propostas de formação que busquem equilibrar o trabalho docente com o foco nos alunos de grupos oprimidos e estar atento em como se dão as relações interpessoais dos alunos de forma geral. Prossegue, o autor, apresentando como sendo fundamental em uma formação docente a prática pedagógica comprometida com a diversidade, salientando a

importância da formação de professores a partir de categorias que devem nortear o processo formativo: cultura, conhecimento, poder, ideologia, linguagem, história, discriminação, racismo e sexismo, entre outros.

Moreira (2011) conclui os pontos específicos, elencados para uma proposta de formação, apontando a necessidade de uma formação docente considerar os conhecimentos do aluno/docente em sua pluralidade cultural e o conhecimento escolar/acadêmico devem estar relacionados. Além da necessidade de no processo de formação sobre as práticas, proporcionar momentos e espaços formativos de reflexão sobre a questão étnico-racial.

Propusemos, até aqui, uma reflexão sobre os procedimentos formativos que se adequam a nossa visão de pesquisa e atendem aos nossos objetivos. Dessa forma, compreendemos uma formação continuada para a Educação das Relações Étnico-raciais que privilegie o professor em sua vivência real com a temática da diversidade étnica em todos os conteúdos desdobrados das Africanidades e que compõem sua realidade em sala de aula e na prática didático-pedagógica. A prática docente e sua ação na educação contra o racismo são o centro dos processos formativos. A qualificação que se pretende ofertar estará alinhada à demanda formativa apresentada pelos professores sem desprezar os aspectos teóricos e metodológicos pretendidos em nossa pesquisa.

Na perspectiva do ensino e da aprendizagem para diversidade étnico-racial, nos cabe a compreensão das especificidades formativas a serem desenvolvidas em nossa pesquisa pela formação continuada. Para tanto, segue-se a tentativa de melhor compreender conceitualmente a expressão “Africanidades brasileiras” e delinear as abordagens temáticas específicas em nosso projeto.

3.3 AFRICANIDADES: DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO E ENSINO

Para bem compreendermos o conceito de Africanidades abordado em nossa pesquisa, e utilizado como escopo do conteúdo de nossa formação continuada, trazemos, de forma sintetizada, as definições e perspectivas dos autores Kabengele Munanga e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, principais referências no tema na

atualidade. Partindo do pensamento de Munanga (2015) delimitaremos o termo em sua vertente histórica na qual o conceito de Africanidade (no singular) passa por uma trajetória que remete aos traços culturais comuns de comunidade no contexto africano:

Podemos, grosso modo, afirmar que a africanidade é um conjunto de traços culturais e históricos comuns a centenas de sociedades da África subsaariana. É uma comunidade que se fundamenta na similaridade de experiências existenciais e de esforços pacientes para subtrair do solo os produtos para a sobrevivência material. O conteúdo da africanidade é o resultado de um duplo movimento de adaptação e de difusão (MUNANGA, 2007, p. 10 apud MUNANGA, 2015, p. 19).

Nesse contexto, identificamos como africanidade toda a produção cultural destes povos e seus elementos políticos, econômicos, religiosos, artísticos, filosóficos, entre outros, que remontem a uma unidade na diversidade, tanto tradicional, que evoque a ancestralidade, quanto na modernidade histórica, cujo sentido se traduz no despertar da consciência moral, do pertencimento e da resistência. A singularidade do termo, verificada pelo autor na literatura africana especializada, refere-se à ideia de unidade preservada na diversidade. Adiante, o autor, admite o pluralismo agregado ao termo Africanidade, no contexto brasileiro, como sendo aquilo que remete aos elementos da herança africana que superaram a diáspora, e em nosso caso, Africanidades Brasileiras, traduzem, pois, uma identidade com base na cultura africana, que reconhecemos como parte de nós (MUNANGA, 2015).

No intuito de esclarecer os significados e as possibilidades das abordagens pedagógicas nas Africanidades Brasileiras, Silva (2003), define:

A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros e, de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (SILVA, 2003, p. 26).

Assim como Munanga (2015), a autora aponta para a base ancestral africana na qual se sustenta e desenvolve os elementos da cultura brasileira. Ensinar e aprender Africanidades brasileiras significa enredar-se pelo modo de perceber, viver, e conviver lutando por dignidade, que seja próprio dos descendentes de africanos que “[...] ao participar da construção da nação brasileira, vão deixando nos outros grupos

étnicos com que convivem suas influências, e, ao mesmo tempo, recebem e incorporam as daqueles” (SILVA, 2003, p. 26).

Assim sendo, ao delimitar o campo das Africanidades como nosso conteúdo de estudo, devemos considerar a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento e o respeito aos princípios do respeito, reconstrução do discurso pedagógico e estudo da recriação das diferentes raízes da cultura brasileira, estando presentes em diversos conteúdos e metodologias dessas diferentes áreas de conhecimento: música e dança, matemática, educação física, história, literatura e língua portuguesa, entre outras.

Os debates sobre o conteúdo específico de História da África, embora não seja o ponto específico de nossa formação continuada, podem ser desenvolvidos em um processo formativo para atender às demandas formativas dos docentes. Em uma reflexão crítica, consideramos que os mesmos passam por uma intensa discussão teórica em torno da revisão metodológica necessária nos processos de formação. Nesse contexto, Oliva (2006), aponta os principais componentes de uma formação para o ensino de História da África, tanto na formação inicial, quanto continuada, que nós não podemos ignorar. Para ele deve-se,

[...] criar condições para que nossos futuros docentes identifiquem e superem as armadilhas teóricas e os argumentos que lançam sobre a África um olhar pejorativo. Parte fundamental desse exercício consiste na revisão da historiografia africana e africanista e no uso adequado dos conceitos e categorias empregados nos estudos sobre a África (OLIVA, 2006, p. 212).

Para Guimarães (2013), esses processos formativos devem promover a reflexão dos docentes sobre as repercussões diretas e indiretas no ensino e na aprendizagem de História, ao que julga ser,

[...] uma possibilidade de combater o etnocentrismo europeu, o “europocentrismo” tão arraigado no ensino de História. Significa também debater e repensar alguns dos elementos constitutivos da educação e do ensino de História, tais como a historiografia; currículos, identidades e culturas; livros e materiais didáticos escolares, metodologias de ensino e avaliações (GUIMARÃES, 2013, p. 74-75).

Estes componentes, segundo a autora, passam pela construção de valores e ideais socioculturais que podem contribuir para a exclusão ou, em sua melhor forma, para práticas inclusivas e de combate ao racismo, perpassando pelo princípio da

alteridade e fortalecendo a cultura do respeito às identidades e a igualdade de direitos. Neste ponto observamos a importância de se estabelecer a reflexão e o debate teórico e político sobre tais componentes em nossos processos formativos.

Reconhecendo que a formação de um docente se constrói e reconstrói a partir de sua vivência como ser histórico e sociocultural, a ideia de estar em formação permanente, significa ter sua prática impregnada pela sua identidade e de que seu fazer pedagógico está relacionado com o mundo. Assim,

Os professores tornam-se professores de História aprendendo e ensinando, relacionando-se com o mundo, com os sujeitos, com os saberes e com a história. Formação e prática não são atividades distintas para os professores. Ensinar é confrontar-se, cotidianamente, com a heterogeneidade e partilhar saberes (GUIMARÃES, 2012, p. 115).

Retomando as discussões sobre as necessidades formativas que ainda precisam ser superadas em nossos estudos sobre a História da África, vimos que autores como Guimarães (2013), Oliva (2006), Pantoja (2004) e Trajano (2004), convergem no pensamento de que é preciso repensar e reescrever o modo como aprendemos e ensinamos sobre a África e o povo afro-brasileiro.

Em Guimarães (2013) vimos a necessidade urgente de rever os materiais didáticos, orientações curriculares e didáticas para não perpetuarmos a visão eurocêntrica que herdamos na construção histórica da educação brasileira. Esta tarefa requer estudo e dedicação para sanar equívocos conceituais que, segundo Trajano (2004), ainda circulam em nosso imaginário sobre a África. O continente africano ainda tem sua História abordada de forma generalizada e homogênea, ignorando aspectos, culturais e geográficos, perpetuando, por exemplo, a ideia de tribos que sugere o tratamento do africano como primitivo ou selvagem em contraposição ao europeu civilizado dos regimes coloniais. Ou ainda, abordando sua cultura e história de forma naturalizada como se a permanência de seus atributos culturais estivesse cristalizada e nenhum movimento cultural contemporâneo possa ter sido desenvolvido no continente (TRAJANO, 2004, p. 27).

Pantoja (2004) segue esse debate ao salientar que as controvérsias conceituais sobre a História da África, que estão presentes nos currículos escolares, estão fundamentadas, em produções bibliográficas e teóricas com viés eurocêntrico,

construídos sob uma perspectiva ocidental cristã. Sobre a desinformação transmitida e reproduzida na historiografia educacional, a autora, diz que,

Com relação ao continente africano, portanto, a desinformação é completa e o silêncio é perturbador. O silêncio diz muita coisa: historicamente o continente é visto invariavelmente como fornecedor de escravos. Hoje em dia urge suprir as muitas falhas referentes ao ensino da dinâmica da História da África e das diferentes abordagens da cultura negro-africana além das relações daquele continente com as Américas e não só com o Brasil (PANTOJA, 2004, p. 21-22).

Compreendendo a História da África como parte do conhecimento geral e universal, Pantoja (2004) exemplifica temas comuns de serem abordados de forma controversa ou simplesmente silenciados. Há uma tendência de reduzir a História da África a partir da escravidão atlântica, ignorando o período da Antiguidade de suas civilizações, ou, ainda, desconsiderando a multiplicidade e a diversidade africana. Alerta para os riscos de se estudar a África de forma fragmentada, e adverte “Contudo, advogo a necessidade de que o ensino de História da África seja feito de maneira global e não parcelar” (PANTOJA, 2004, p. 22).

Avançando na periodização histórica, a autora defende os estudos sobre a migração dos africanos, de forma forçada, como fundamental para compreendermos historicamente a formação dos negros brasileiros e do Brasil. Estes e outros cuidados devem ser parte da proposta de ressignificação que se aborda em nossa formação continuada. Lugar no qual as práticas e vivências docentes com o material didático e metodologias de ensino serão discutidos à luz das revisões teóricas e propostas recentes.

Considerando o que já foi posto por Oliva (2006) uma formação deve criar condições para que os docentes superem armadilhas conceituais e teóricas. Isso se aplica tanto na formação de futuros docentes como, em nosso caso na formação continuada. O autor considera ser primordial abordar e revisar as construções de “[...] teorias racistas, evolucionistas e eurocêntricas elaboradas sobre os africanos e contextualizar o uso de certas nomenclaturas [...]” (OLIVA, 2006, p. 202). Apresentar estudos recentes, produções bibliográficas, reorganizar os conteúdos, desfazer equívocos anacrônicos e imprecisões históricas são um ponto de partida para o debate formativo que pretenda, de forma crítica e reflexiva, dar suporte metodológico para uma educação antirracista.

Consideramos, ainda, que o estudo de História da África, mesmo que de forma pontual, atendendo as demandas dos conteúdos abordados nos anos iniciais do ensino fundamental, é pertinente e converge com os objetivos de nosso projeto de pesquisa. Na visão de Caprini (2014, p. 14) “O estudo da História da África tem um papel fundamental no objetivo de romper com o preconceito racial na medida em que conhecendo o contexto histórico podemos repensar atitudes racistas”. Enfatizamos que nossa proposta de formação pretende oportunizar um movimento de reflexão sobre a prática docente e o pensamento dos sujeitos durante o processo de formação resultando em uma nova concepção de conhecimento sobre as Africanidades brasileiras.

A partir desse referencial teórico direcionamos nosso trabalho para a formação continuada formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, delimitando a temática étnico-racial na perspectiva de Africanidades. Considerando que essa formação centrou-se na compreensão crítica, reflexiva e emancipatória, nos pautamos na perspectiva teórica da Pedagogia Histórico-crítica. Aliados, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes, Anderson Ribeiro Oliva, entre outros, nos conduziram a pensar a questão Africanidades no campo da formação de professores. Assim após esse nortear teórico partimos para a discussão metodológica e para o produto educacional.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 A PESQUISA

Para melhor compreender os caminhos que percorremos para alcançar os objetivos demarcados neste projeto de pesquisa e, assim, responder aos questionamentos que problematizamos no campo da formação continuada, das relações étnico-raciais, do ensino e aprendizagem das Africanidades e História da África, utilizaremos como metodologia a pesquisa colaborativa que sendo uma vertente da pesquisa-ação, parte de uma prática social e, após as etapas e procedimentos característicos da mesma, nos conduzirá a uma ressignificação da prática inicial.

Para melhor compreendermos a metodologia e os procedimentos metodológicos deste tipo de investigação, destacamos a aproximação de duas dimensões da pesquisa em educação: a possibilidade de um processo de intervenção que gera mudanças da realidade e emancipa os sujeitos e a participação dos professores na produção de conhecimentos de forma interativa durante a pesquisa.

O princípio colaborativo estará presente no percurso e nos procedimentos metodológicos da pesquisa, visando atender seus pressupostos, tendo caráter reflexivo e dialógico, aproximando teoria e prática durante o processo investigativo, acenando para a transformação da realidade, estabelecer que os professores sujeitos da pesquisa sejam coparticipantes nos processos de pesquisa (IBIAPINA, 2008). Este princípio atende aos nossos objetivos, gerais e específicos, no que se referem a desenvolver uma formação continuada que privilegie a vivência e a prática do professor sem perder de vista os procedimentos de estudos teóricos que se unem a essa prática.

A pesquisa se desenvolveu no âmbito dos municípios de Itapemirim e Marataízes – ES, com estimadamente, vinte professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Na pretensão de desenvolver uma proposta de formação continuada promovemos um processo seletivo por meio de edital, na qual os professores se inscreveram para a formação tendo ciência da proposta do curso como parte do projeto de pesquisa e atentos aos critérios e requisitos para classificação e participação no curso.

A pesquisa possuiu caráter colaborativo. No grupo focal, ou roda de conversa, fizemos uma abordagem inicial por meio de questionário com questões que versaram sobre a formação inicial dos docentes/cursistas, bem como a temática geral da formação continuada no campo do Ensino de História a África e Africanidades. Partindo das informações iniciais presentes na ficha de matrícula e no questionário inicial, definimos os conteúdos estruturados no percurso formativo e, por conseguinte, no material educativo.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da educação básica que pertencem a região limítrofe dos municípios de Marataízes e Itapemirim que atuam na regência de classe ou áreas específicas nas turmas dos 1º aos 5º anos. As inscrições para a formação continuada foram ofertadas, por meio de edital que delimitou, entre outras especificidades, o público-alvo, o período de inscrição a breve descrição do curso e os critérios para classificação e confirmação da inscrição. Ao final do período de inscrição o resultado foi disponibilizado *on-line* respeitando os critérios pré-definidos.

Para a certificação na conclusão do curso, os participantes deverão cumprir alguns critérios de avaliação da aprendizagem que serão observados nos seguintes pontos:

- **Frequência e participação nos encontros presenciais:** o professor cursista deverá ter no mínimo 75% de presença da carga horária total (presencial e não presencial), sendo que o total da carga horária é de 80 horas, sendo 48 horas presenciais e 32 horas não presenciais que incluirão atividades complementares. A participação será observada durante o desenvolvimento dos encontros;
- **Da escrita dos relatos e projeto pedagógico de conclusão:** Este servirá como instrumento para avaliar o desenvolvimento do professor cursista, validar nossa atividade formativa, identificar os pontos relevantes para a discussão durante e ao final do curso;
- **Da nota mínima:** a nota mínima para a certificação será de 70% de presença dos encontros presenciais e cumprimento das atividades que complementam

o curso semipresencial, que são: Aplicação das atividades em sala de aula, Pesquisa e leitura, Atividades *on-line*, Escrita do relato.

Por se tratar de pesquisa com uso de questionários, entrevistas e narrativas essencialmente desenvolvidas com seres humanos, tornou-se pertinente o encaminhamento para prévia análise e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), apresentando como parte integrante do projeto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), de acordo com roteiro elaborado pelo Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de saúde e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

4.3 DO CURSO

O curso de extensão, intitulado “Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, se deu no Polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB – de Itapemirim em parceria com a comunidade escolar. Contou com encontros presenciais e semipresenciais e foi certificado pelo Ifes – Campus Cariacica, compreendendo uma carga horária de 80 horas distribuídas entre os encontros presenciais, atividades de estudos, leituras, fóruns e debates, planejamento, relatos de experiência e rodas de conversa.

Definimos como objetivo central do curso de extensão ofertar uma formação continuada aos professores que oportunizou o contato com conhecimentos sobre a História da África e Africanidades e outros temas pertinentes da educação para as Relações étnico-raciais, numa perspectiva crítica que oportunizou a ressignificação do fazer docente e a reflexão sobre as ações de combate ao racismo e preconceitos que permeiam nossos espaços formais e não formais de educação.

Nesse sentido, o contato inicial, como já mencionamos, aconteceu por meio de entrevista/questionários, onde foram averiguadas quais as demandas direcionariam o percurso do conteúdo, suas necessidades formativas e o perfil profissional dos sujeitos da pesquisa. O desenvolvimento do curso de extensão teve suas atividades distribuídas na carga horária total do curso conforme tabela abaixo:

Quadro 2 – Planejamento do Curso de Extensão com Carga Horária

Encontros Presenciais/Atividades	Quantidade	Data	Carga horária(h)
Aula Inaugural Educação para as Relações Étnico-raciais	Aula Inaugural 1º Encontro	24/10/2018	4 h
Racismo no Espaço Escolar. Conceitos de Raça, Etnia, Identidade, Diversidade	2º Encontro	31/10/2018	4 h
Africanidades Brasileiras	3º Encontro	07/11/2018	4 h
Tópicos em História da África e Afro-brasileira	4º Encontro	14/11/2018	4 h
Tópicos em História da África e Afro-brasileira	5º Encontro	21/11/2018	4 h
Aprendendo e ensinando sobre Africanidades	7º Encontro	05/12/2018	4 h
Possibilidades metodológicas sobre Africanidades	8º Encontro Encerramento	12/12/2018	4 h
Estudo Dirigido	Não Presencial	-	24 h
Elaboração da Proposta de Intervenção Didático-pedagógica	Semipresencial	-	24 h
Total		-	80h

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Todas as atividades elencadas aqui possuem a pretensão de seguir o calendário a partir da aprovação do CEP. Nessa intenção a investigação seguiu a sequência das atividades propostas nos encontros, sendo registrada por meio de vídeos, fotos, relatos das narrativas escritas e orais.

4.4 ANÁLISE E PRODUÇÃO DE DADOS

A etapa de análise e produção de dados desta pesquisa está fundamentada na perspectiva dialógica e histórico-crítica que articula suas contribuições com as pretensões objetivas desta pesquisa. Partindo do contexto social dos professores e de como estabelecem as relações entre teoria e prática docente. Consideramos a prática social – ponto de partida e de chegada – nos processos de análise e reflexão da formação docente e continuada, esta pesquisa assume este embasamento teórico na condução da produção e análise. Destaca-se, ainda, a expectativa de promover uma formação que favoreça o diálogo entre os sujeitos, valorize os saberes acumulados na prática docente e no contexto social deste docente.

Apropriamo-nos, ainda, da abordagem da pesquisa colaborativa convergindo o ponto de partida com base na prática social em suas dimensões: a possibilidade de um processo de intervenção capaz de provocar mudanças na prática social e

docente e, mais adiante, oportunizar a emancipação dos sujeitos e a participação autônoma na produção de conhecimentos de forma interativa durante a pesquisa.

Os dados produzidos foram analisados a partir das discussões promovidas no referido curso de formação continuada e de atividades realizadas de forma não presencial. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas para complementar os dados.

Os momentos de reflexão e debate dos encontros presenciais, foram registrados por meio de relatórios produzidos pelos docentes/cursistas e pelos colaboradores da formação. Para poder utilizar as imagens produzidas durante os encontros presenciais, bem como os áudios que porventura, registramos, disponibilizamos o Termo de uso de imagens e voz (Apêndice B). Para os primeiros dados sobre o perfil formativo do professor participante e seus conhecimentos gerais sobre o tema, usamos o questionário disposto no Apêndice C, preenchido no ato da inscrição. Entre os métodos de produção de dados e informações que utilizamos, estão entrevistas abertas, atividades escritas, e narrativas orais sobre as práticas, experiências e vivências dos professores no espaço escolar e também sociocultural.

5 MATERIAL EDUCATIVO

Na expectativa de atender as exigências deste mestrado profissional e de contribuir para a formação contínua dos professores, foi desenvolvido como material educacional um material textual e-book e impresso, no formato de livreto e a ser produzido a partir da sistematização da formação continuada. O material foi validado a partir das reflexões, análises e discussões propostas em encontros previamente estruturados para a formação continuada. O público-alvo da publicação são os próprios professores que em formações futuras poderão lançar mão de um material produzido sob as perspectivas da rede de ensino.

Estima-se que o material educacional, aqui planejado, atenda aos percursos pedagógicos de análise dos conceitos a serem inseridos no material formativo e o desenvolvimento de atividades que favoreçam a aplicação desses conceitos, atendendo ao contexto e interesse dos sujeitos pesquisados. Em conformidade com a orientação da área 46 – ENSINO, subárea de Ensino de Ciências Humanas, Linguagens e Artes, da CAPES/MEC, que recomenda os produtos educativos com diversos formatos, entre eles, materiais textuais.

6 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ENSINO DE AFRICANIDADES

Neste capítulo, apresentaremos o perfil dos sujeitos da pesquisa e realizaremos a análise do curso de formação continuada, intitulado “Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, e dos dados produzidos durante os encontros presenciais, as discussões e relatos de experiência, e atividades semipresenciais apresentados pelos participantes, aqui chamados de docentes/cursistas, e, durante toda a análise, serão descritos e citados individualmente por meio de nomes que remetem as Africanidades brasileiras e trazem significado à nossa narrativa.

6.1 ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA INICIAL DO CURSO

No intuito de delinear o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como produzir dados que contribuam para a análise de nosso objeto de pesquisa e atendessem aos objetivos formativos do nosso curso de formação continuada, aplicamos o Questionário do Curso com foco em questões que, além dos dados pessoais, abrangeram as áreas de formação inicial e continuada dos docentes participantes do curso. Responderam a esse questionário 15 dos 19 participantes matriculados na formação continuada.

Na questão apresentada sobre formação inicial, verificamos que, dentre os quinze questionários apresentados, todos os docentes possuem formação em nível de graduação e pós-graduação em suas respectivas áreas de formação, na qual predomina a formação em Pedagogia, além de Língua Inglesa, Educação Física e Especial que formam o grupo de professores cursistas. Verificamos que as graduações ocorreram no intervalo de 2008 e 2015. Importa aqui destacar que muitas instituições, públicas ou privadas, neste período, não possuíam disciplinas obrigatórias ou optativas que atendessem as diretrizes da Lei 10.639/2003, quanto a formação de professores. Nesse sentido, quatro docentes afirmam terem acesso ao conteúdo em sua formação inicial por meio de uma abordagem superficial em cursos de extensão acadêmicos ou por disciplinas optativas. Sete dos docentes apontaram a ausência da abordagem em sua formação inicial. Outros quatro indicaram ter tido uma formação em disciplinas de forma satisfatória durante sua formação inicial.

Ao tratarmos sobre a relevância da Lei 10.639/2003, para a educação, quatorze docentes, julgaram ser esta uma lei de grande importância para a educação e para a formação dos cidadãos e justificaram suas falas. O questionário apresentou a questão da seguinte forma:

Pergunta: A lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Qual sua opinião sobre a implantação dessa lei?

- “Concordo totalmente com (a lei), pois prevê a obrigatoriedade do estudo da cultura afro nas escolas, priorizando o princípio da isonomia” (Dandara).
- “Achei ótimo. Pois dá oportunidade de estudar mais esta cultura. Os mesmos têm os mesmos direitos que os brancos” (Mãe Menininha do Gantois).
- “Foi muito bom. Até porque é um grande avanço para a educação e irá contribuir para a superação das desigualdades e do racismo” (Antonieta de Barros).
- “Em minha opinião, essa lei realmente é precisa. Pois valoriza a diversidade cultural e étnico-racial” (Maria Firmina dos Reis).

A professora Tereza de Benguela exemplifica abordagens de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Sua fala parte do ponto inicial de nossa formação:

- “De suma importância, pois se torna impossível falar sobre a Colonização do Brasil, sem falar sobre a chegada dos africanos” (Tereza de Benguela).

Reconhecendo sua desinformação sobre a lei e suas implicações educacionais e socioculturais, o docente José da Silva diz que:

- “Como não conheço muito a lei 10639/2003, acho desnecessário. Penso eu, que deveria juntar tudo e não ser preciso diferenciar, mas sim, a obrigatoriedade do ensino de africanos, brancos, índios, judeus, etc.” (José da Silva).

Esta declaração apresenta de forma explícita que o conhecimento de nossa história e cultura é uma necessidade formativa que é pertinente não apenas a nossa a nossa prática docente como a nossa condição de cidadãos e sujeitos sociais.

Constatamos por meio das questões, que esta formação continuada, apresentou-se de forma inédita no currículo de alguns docentes participantes do curso. Apenas dois dos quinze cursistas que responderam ao questionário de pesquisa do curso, afirmaram ter recebido uma formação sobre o tema. No entanto, essa, estava condicionada a um módulo temático em uma formação com outra abordagem e no campo geral dos Direitos Humanos, ofertada pela rede municipal de educação de Itapemirim. Essa ausência de conhecimento prévio sobre a temática afro-brasileira e africana, bem como das abordagens que compõem o campo Educação para relações étnico-raciais, evidenciam as necessidades formativas identificadas no instrumento de produção de dados.

Pensar uma formação docente como proposta de ação reflexiva é estabelecer em ações e práticas que proporcionem, aos sujeitos envolvidos no processo, espaços e momentos de repensar o fazer docente com base nos conceitos teóricos que fundamentam seu fazer docente. Nesse sentido, procuramos promover em nossa formação docente uma reflexão crítica da nossa prática social e da práxis docente, almejando alcançar a superação do senso comum do cotidiano escolar, e assumir uma ressignificação e uma nova proposta de ação dentro das práticas educacionais e atividades desenvolvidas. Isso feito de modo a privilegiar em nossa prática, ações voltadas para a educação das relações étnico-raciais.

O Curso de Formação Continuada se deu em oito encontros presenciais e as propostas de atividades semipresenciais que incluíram o estudo de bibliografias sobre a temática das Africanidades, Educação para as relações Étnico-raciais e História da África, que foram sugeridos entre outros instrumentos formativos como vídeos, documentários, sites específicos que tivessem como foco as Africanidades brasileiras em sua pluralidade de manifestações e representatividades.

Assim, analisaremos os momentos formativos experimentados nos encontros presenciais e estruturados por meio das categorias que incluirão os conceitos e bases teóricas, nos quais se embasam a formação continuada, o conceito de Africanidades a ser desenvolvido em nosso cotidiano docente, e a prática docente a ser ressignificada a partir da reflexão e dos estudos estabelecidos nos seguintes módulos e tópicos temáticos de discussão:

- Módulo I – Educação para as Relações Étnico-raciais

Objetivos: Discussões sobre as relações étnico-raciais a partir da problematização dos contextos do cotidiano dos docentes, como sujeitos históricos sociais, promovendo reflexões sobre os conceitos de raça, etnia, identidade, diversidade e outros pertinentes ao nosso debate.

Tópicos de Discussão:

- O que diz a lei sobre a Educação para as Relações;
- Racismo e o espaço escolar;
- Conceitos chave: Raça, Etnia, Identidade, Diversidade.

- Módulo II – Africanidades Brasileiras

Objetivos: Resignificar a História e a cultura africana e afro-brasileira em nossos processos de ensino e aprendizagem, tendo como ponto de partida a prática social e os aspectos formativos do sujeito (formação humana, sociocultural, emocional, acadêmica, profissional, etc.).

Tópicos de Discussão:

- O que são Africanidades e as Africanidades Brasileiras;
- Tópicos em História da África e Afro-brasileira: conteúdos programáticos.

- Módulo III – Práticas de Ensino de Africanidades

Objetivos: Repensar em nossos processos de ensino e aprendizagem outras possibilidades de propostas, didática e metodologias para a educação étnico-racial e as Africanidades brasileiras.

Tópicos de Discussão:

- Como aprendemos e ensinamos sobre africanidades;

– Possibilidades metodológicas e didáticas sobre as Africanidades.

6.2 DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Seguindo, pois as propostas temáticas elencadas em nosso percurso formativo, apresentamos agora o desenvolvimento das abordagens metodológicas, os dados da pesquisa, as discussões e as impressões relevantes em nossa formação continuada para o ensino de Africanidades.

- Primeiro Encontro – 24 de outubro de 2018

Na abertura do curso, com os docentes/cursistas, apresentamos os objetivos, ementas e a estrutura da pesquisa de mestrado na qual nos pautávamos, os responsáveis pela implementação do curso e as principais abordagens teóricas do nosso percurso teórico. Preparamos um vídeo de apresentação do curso feito pelo orientador da pesquisa, Professor Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, dando as boas-vindas aos docentes e ressaltando a relevância da temática do curso para nossa formação e prática docente.

Fizemos uma dinâmica de apresentação entre os presentes na qual demos destaque as músicas populares brasileiras com trechos que remetem a questão racial. Assim, cada participante recebeu um trecho de uma música que deveria ser cantada após apresentação de seu nome e da escola da qual faziam parte. A cada parte dos trechos o complemento seria dado pelo outro participante que poderia recitar ou cantar. Assim, no trecho A da música “o teu cabelo não nega mulata, porque és mulata na cor...”, foi completado pelo participante com o trecho B “mas como a cor não pega mulata, mulata eu quero teu amor”. Pausamos a dinâmica, neste ponto, não displicentemente, mas com o objetivo de enfatizar, já neste primeiro encontro, o caráter crítico e reflexivo de nossa formação continuada. Provocamos os participantes sobre o caráter discutível dessa música, entre tantas outras, onde a mesma trata das relações de afeto condicionadas pela cor da pele. A despeito do contexto histórico em que a mesma foi composta, nos incomoda, ainda hoje identificarmos as permanências de um pensamento racista como esse. Destacamos, neste momento, entre as falas dos participantes, indicações de conceitos como misoginia, racismo, estereótipos, entre outros que permearam

nossas rodas de conversa, daqui em diante. E outras letras foram distribuídas e cantadas por todos.

Por fim questionamos sobre as representações presentes nas letras e os sentidos e que elas refletiam sobre o pensamento de nossa sociedade sobre as questões e aspectos referentes aos negros. Os docentes apontaram, então, os elementos da estética negra, evidenciados nas canções de forma pejorativa: “a mulata gostosa, a preta do cabelo duro, o negão cheio de paixão, entre outros”. A discussão nos conduziu a refletir, de forma geral, sobre como nossa sociedade se relaciona com a diversidade étnico-racial aqui existente e como isso reflete nos nossos processos de ensino e aprendizagem.

Seguimos com a leitura coletiva e a reflexão do Poema “Incursões Sobre a Pele Negra” de autoria de Nei Lopes.

[...]. Eu, por mim, sinto a pele como um terno um hábito fraterno, um costume propício, e não um vício. Eu, por mim, sinto a pele nem fardo, nem farda, apenas embalagem feita para viagem. Sinto a pele como um fato da cor do Homem da História da Luta e da Vitória [...] (LOPES, 2014 p. 21).

Encerramos o encontro, refletindo sobre as lutas e desafios que nossa educação enfrenta para valorizar a diversidade étnico-racial, em especial os afrodescendentes, nas relações sociais e culturais que se estabelecem dentro e fora da escola e como podemos ser sujeitos em uma ação efetiva de combate ao racismo.

- Segundo Encontro – 31 de outubro de 2018

No segundo encontro, após a recepção dos participantes, retomamos os principais pontos discutidos durante o encontro anterior. Essa dinâmica foi importante, pois os docentes puderam compartilhar suas vivências com a criticidade instigada em nossos debates sobre as referências culturais que experimentamos em nosso dia a dia e como elas estão repletas de signos racistas e caricaturas: a música repleta de frases racistas que inferiorizam a negritude, seus fenótipos e tudo que lhe é sagrado, os estereótipos no cinema e na TV que nos representam como uma totalidade de violentos, indolentes, sexualizados, bestializados, sob a perspectiva de autores e diretores não negros, ou ainda os silêncios nos livros didáticos e a ausência neles

de uma abordagem que apresente de forma positiva as Africanidades brasileiras e a História da África.

Após nos situarmos no percurso teórico, fizemos a leitura do texto “Educação e diversidade étnico-racial – legislação e educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana” (BATISTA, 2016). Esclarecemos conceitualmente o que são Relações Étnico-raciais e fizemos a introdução da atividade denominada “Memórias Étnico-raciais”, na qual os docentes deveriam entrar em uma atividade de reflexão sobre a construção de sua educação para as relações étnico-raciais, mesmo que despretensiosamente, por meio de questões que estabelecem uma periodicidade ao percorrer desde a infância até a idade adulta, no contexto escolar e familiar. Sendo assim, direcionamos os questionamentos para as relações sociais e familiares e procuramos, por meio delas, situar a educação para as relações étnico-raciais como parte componente de seu percurso educacional.

Os cursistas foram então orientados em uma atividade com questões sobre a memória de suas vivências e experiências étnico-raciais. Quando questionados, por meio de formulário, sobre a construção de sua educação étnico-racial, os docentes tiveram que fazer um retorno até suas memórias de infância, adolescência e juventude para identificar elementos que construíram sua identidade e determinaram as percepções que tinham sobre a vivência com afrodescendentes.

Na roda de conversa, algumas respostas foram apresentadas para que pudéssemos discutir e compreender como cada questão repercutiu em cada um dos envolvidos. Isso feito com o objetivo de compartilhar as repostas e os pontos centrais das questões, os docentes compartilharam suas impressões sobre sua trajetória pessoal dentro da Educação étnico-racial.

Recorrendo a periodização proposta na atividade de memória, identificamos que na fase de infância, muitos docentes apontaram ter existido uma educação que reforçou valores como tolerância, respeito e aceitação às diversidades, porém esta educação se deu prioritariamente no ambiente familiar, como nos disse a seguinte docente:

Pergunta: Como fui construindo minha educação étnico-racial? Na infância:

- “Na infância foi construída com respeito à diversidade. Lembro-me de uma prima negra e meu tio negro. Meus pais sempre me mostravam através do diálogo a respeito mútuo” (Dandara).

Mesmo mencionando as ausências no contexto escolar, foram identificadas nas falas dos docentes, que afirmaram não haver essa construção das relações na infância e adolescência, as nuances destas relações que determinavam os espaços e atuações dos sujeitos negros na educação:

- “Não era abordado na escola em que estudei. Na minha escola tinham duas professoras negras, que a comunidade escolar dizia que ambas eram boas para ensinar, porém, suas atitudes eram firmes” (Clementina de Jesus).

- “Na minha época esse tema não foi trabalhado. Lembro-me da cozinheira dona Maria, ela era negra e a mesma era uma pessoa amável, todos os dias ela dava leite em pó para eu comer. Eu amava” (Luísa Mahim).

- “Na minha época, não fala de educação étnico-racial. Na sala de aula tinha alunos da cor negra. Minha família em casa falava para respeitar todas as pessoas, inclusive da cor negra. Havia na minha rua, crianças da cor negra. Eles sempre brincavam comigo e colegas da rua” (Mãe Menininha do Gantois).

Identificamos que, mesmo não sendo o foco das questões, ao rememorar o período de infância e adolescência, surgiram relatos que apontaram os sujeitos negros que fizeram parte da vivência dos docentes no contexto escolar e familiar. Esses são apresentados como componentes de uma memória afetiva, porém identificamos a singularidade dos papéis representativos desses sujeitos. Percebemos um distanciamento respeitoso presente nas falas dos docentes que entre as relações familiares e escolares quando tratamos de vivência e experiência. Muitos admitem terem recebido uma educação familiar ou escolar baseada no respeito, no entanto o convívio e as relações foram raros.

- “Sempre ouvia minha família falando de respeito à cor negra”. Não lembro se na sala de aula tinha colegas, mas o vigia era negro” (Mãe Menininha do Gantois).

- “Nenhuma familiaridade com a temática na infância, seja pelo não convívio com negros, seja pela não aprendizagem na escola sobre a temática” (Machado de Assis).

- “Fui inserida em determinados tipos de ambientes, onde algumas pessoas demonstravam diferenciações em relação à cor da pele” (Tereza de Benguela).

Os períodos da juventude e atuais, parecem ser quando o ponto de vista revelador onde alguns docentes assumem ter reconhecido as atitudes racistas presentes em seu contexto familiar e escolar com mais clareza:

- “Meu primeiro namorado era negro, com *dreads* nos cabelos. Quando fui apresentá-lo para meu pai, vi nos olhos dele que não gostou, pois ele era racista, e infelizmente se perpetua até hoje” (Carolina de Jesus).

- “Na juventude não evidenciei relações que pudesse remeter sobre o tema, apenas na faculdade em que meu pai destratou um professor da faculdade que é negro e esteve em minha residência procurando por mim (ele não sabia que era professor e advogado)”. (Dandara).

- “Meu pai, casado com uma negra, é muito racista, ainda bem que este sentimento não me foi atribuído. Minha melhor amiga sofria discriminação, mas não entendia o motivo de tal sentimento. Hoje eu entendo que era puro racismo” (Fátima de Oliveira).

Essa reflexão sobre as memórias que compõem os sujeitos participantes desta formação continuada serviu como bússola norteadora sobre como as pessoas se colocam intimamente em suas relações com o outro. Noções de equidade e empatia surgiram como balizadoras para nossa chamada de conteúdos do curso. Apresentou-se assim, nas falas e memórias de nossos cursistas, o caráter humanizador de nossa formação continuada evidenciado a partir desta atividade formativa e em outros momentos que compartilhamos.

Consideramos que esse encontro mostrou-se bem informativo e elucidativo em relação às propostas e objetivos do curso, bem como as demandas sobre a temática que seria abordada no percurso da formação. Como preparação para o encontro

seguinte, foram exibidos vídeos com experimentos sociais sobre o racismo como o “Teste da Boneca”, “Racismo Constitucional”, “Você é Racista”, entre outros, que consistem em simular situações reais do cotidiano onde apresentamos de forma generalizada, um comportamento racista naturalizado em nossas relações sociais. O “Teste da Boneca”, por exemplo, aplicado originalmente em 1946 pelos psicólogos norte-americanos Kenneth Clark e Mamie Phipps Clark, foi realizado, entre outros testes, com crianças negras de escolas públicas em bairros pobres. O experimento, posteriormente aplicado com crianças em diversas partes do mundo, consiste em apresentar duas bonecas, uma negra e uma branca, e pedir que as crianças descrevessem as suas características com expressões como: a mais bonita, a mais feia, a que boa, a ruim, entre outros.

A visão geral que tivemos diante dos testes é que a verdade sobre as práticas racistas que se perpetuam cotidianamente em nossa sociedade, e em tantas outras, soou como algo bárbaro e distante da nossa vivência. Alguns dos participantes demonstraram profunda tristeza com os gestos e falas racistas, outros, uma surpresa evidente em seus semblantes. Um rumor de revolta foi detectado em suas considerações: “Como pode o ser humano ser capaz de pensar assim? ”, “Isso é horrível”, “Mas quem ensina a odiar é a família”, “A escola tem que mudar isso”, seguiram compartilhando suas impressões.

Relacionamos este experimento a mensagem atribuída a Nelson Mandela:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser ocultada, jamais extinta (MANDELA, 1995, n. p.).

Nesta perspectiva de revisitar nossa construção como sujeitos sociais inseridos em uma cultura diversificada e multirracial, concluímos nossa reflexão do encontro com o compromisso de buscar outros momentos de introspecção de nossas ações como docentes e nossa reconstrução subjetiva, tendo como ponto de partida as experiências positivas e negativas de nosso percurso educativo nas relações.

- Terceiro Encontro – 07 de novembro de 2018

Abordamos, no terceiro encontro, o conceito de Africanidades no qual se pauta nossa formação continuada. Seguindo o referencial teórico de nosso projeto de pesquisa, discutimos os aspectos conceituais de Africanidades e Africanidades brasileiras, conforme a definição e perspectiva de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2009) e Kabengele Munanga (2015), que as apresentam, em suma, como sendo todos os saberes e fazeres que representem as raízes culturais brasileiras com origem no Continente Africano.

Na sequência do estudo de textos e exemplificações sobre as Africanidades e as possibilidades temáticas para a Educação das Relações Étnico-raciais a nós apresentadas em diversas disciplinas e fazeres docentes, nos dedicamos a discriminar, identificar e contextualizar conceitos teóricos básicos para a Educação das Relações Étnico-raciais – EREER, e para uma educação que se comprometa com ações antirracistas. Dessa forma, estudamos o conceito de raça e racismo em suas variações (institucional, essencialista, universalista, etc.), etnia, preconceito, discriminação racial e identidade, por meio de material disponibilizado em slides, resumos, textos e artigos de nossa referência bibliográfica, selecionado para o estudo.

Vale ressaltar que esta foi a primeira oportunidade que alguns docentes tiveram de estudar os conceitos abordados neste módulo. Dessa forma, todo o conteúdo foi desenvolvido com uma didática expositiva e por análise de situações-problema, bem como exemplos do cotidiano que nos permitissem classificar os conceitos estudados. Os docentes mostraram-se confusos, por exemplo, com a distinção entre racismo e injúria racial e sua tipificação criminal e penal. Desse modo, utilizamos algumas definições sobre o racismo como a apresentada pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1998, p. 12), “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos”. E ainda a definição de Nei Lopes (2004, p. 557), “Racismo é a doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, sobre outros”. No caso de Injúria Racial, mencionamos a definição presente na Cartilha “Racismo é crime - Denuncie” (2016, p. 8), “A injúria racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem”.

Feitas as considerações conceituais, as situações exemplos surtiram eficácia quando apresentadas por meio de frases divulgadas na mídia, reportagens de repercussão nacional e internacional, materiais exibidos em TV, internet ou impressos. A cada exemplo exibido os docentes foram orientados a preencherem um quadro comparativo. As categorias do quadro foram: RACISMO – PRECONCEITO – DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Na medida em que apresentávamos os exemplos de situações e frases os docentes iam classificando no quadro branco conforme as noções dos conceitos estudados. Essa atividade possibilitou a dinâmica de assimilação do conteúdo e aplicação dos conceitos no cotidiano. Encorajamos os docentes/cursistas a pesquisar e analisar, em casa, situações de racismo, preconceito e injúria racial divulgados na mídia e que não houvessem sido apresentados durante o encontro.

- Quarto Encontro – 14 de novembro de 2018

Ao iniciarmos o quarto encontro, retomamos ao encerramento do módulo I e as questões de reflexão sobre os temas que foram discutidos já contextualizando os tópicos do módulo II. Segundo a programação dos tópicos o conceito de Africanidades deveria ser desenvolvido juntamente aos os temas do módulo II que tratam dos tópicos de História da África e Afro-brasileira. No entanto, já havíamos nos adiantado devido à necessidade que observamos de situar as Africanidades no espaço de debate sobre o racismo nos encontros presenciais anteriores. Dessa forma, a introdução ao módulo II – Africanidades tratou de estabelecer os objetivos que procuraríamos alcançar por meio de um movimento de estudo que se propusesse ressignificar o ensino e a aprendizagem das Africanidades, tendo como ponto de partida nossa prática social e educativa.

Em cada módulo de conteúdos a serem discutidos, procuramos apresentar uma fala do coordenador, Professor Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, como forma de manter-se presente e motivador junto aos docentes. Neste encontro o professor Aldieris salientou a importância do estudo da História da África e Afro-brasileira para nosso fazer docente e para a educação para as relações étnico-raciais. Destacou, ainda, que nossa formação continuada pode ser vista como um propulsor para um aprofundamento desses estudos, no futuro, considerando que nossa carga horária não contempla todas as demandas que o tema nos apresenta.

O texto selecionado para o estudo deste dia foi “África: berço de Diversas Civilizações” (MUGANGA; GOMES, 2016, p. 31-66), em consonância com o vídeo de Chimamanda Anquile “O perigo de uma história única”. Em um rápido exercício de memória pedimos aos docentes que dissessem em voz alta o primeiro pensamento que lhes viesse à mente quando o assunto é África. “Doença, fome pobreza”, disse um. “AIDS, fome, negros”, disse outro. “Guerra, diamante, savana, crianças famintas”, apontou outro docente.

Essas falas remetem diretamente aos equívocos e generalizações que julgamos ser impeditivos ao avanço e disseminação do conhecimento sobre África. Personificam o debate estabelecido pelo vídeo, no qual a escritora Chimamanda chama a atenção para o quanto é deficiente essa unilateralidade e generalização sobre um continente plural e diversificado. Utilizamos a bibliografia de Oliva (2006) para exemplificar e nos aprofundar em alguns conceitos bases que fundamentam o ensino de História e podem contribuir com a educação étnico-racial. Assim, por meio de slides apontamos simplificações, generalizações, erros historiográficos e perspectivas tendenciosas e sob a visão europeia, existentes em livros didáticos e no conteúdo programático selecionado para os anos iniciais. Exemplificamos o reducionismo em apresentar a África unicamente associada aos processos de escravização, a visão eurocêntrica diante de modos e vivências africanas e sua diversidade, a desvalorização de modelos positivos, entre outros. O que mais chamou a atenção dos docentes foram as ausências e silêncios nos conteúdos sobre as Africanidades brasileiras e de uma abordagem positiva das mesmas. Seja em seus livros didáticos, utilizados como ponto de análise, como em seus programas de conteúdo e referências bibliográficas.

Durante nossa análise, demos o exemplo do filme Madagascar, apresentando questões de distorções sobre a representação, identidade e generalização da história africana contada nas produções cinematográficas. Chamou-nos a atenção a influência civilizatória que os animais de Nova York exercem sobre os animais africanos, representados como exóticos, desorganizados, primitivos, supersticiosos e desprovidos de um modelo de poder e chefia político que seja eficaz dentro dos moldes norte-americanos. Em um tom de decepção uma participante diz: “Nunca mais assisto Madagascar com os mesmos olhos”. Acreditamos ser difícil, daqui em

diante, não ter um olhar crítico sobre temas tão incutidos em nosso cotidiano que, por vezes, passam despercebidos por nós.

Seguindo essa reflexão, apontamos elementos pertinentes no ensino sobre História da África, tendo a consciência de que o assunto é amplo e não temos a oportunidade de realizar um estudo que atenda de forma satisfatória as necessidades formativas sobre o tema. No entanto, como se propõe esta formação continuada, apresentamos possibilidades de temas e estudos que podem contribuir, de forma processual, para o ensino e aprendizagem da História da África com indicações introdutórias do conhecimento sobre África.

Assim conduzimos nosso estudo fazendo as seguintes indagações? Qual África conhecemos? Qual África devemos conhecer? Por que conhecer a África? Como e porque trabalhar a África na escola? Após uma breve discussão sobre nossas visões pessoais em relação ao ensino e a aprendizagem sobre África, conduzimos um estudo onde nos orientamos pelos questionamentos do início das falas na intenção de alcançarmos respostas no que tange aos caminhos que conduzem ao um estudo de História da África.

Nosso ponto de partida foi analisar elementos sobre localização geográfica e as divisões sociopolíticas do continente, evidenciando sempre a diversidade presente no continente. A utilização de mapas para situar a localização do Continente africano, bem como imagens para uma análise comparativa dos fenótipos de povos que se fixam nas diversas regiões africanas, foi uma didática assertiva. Principalmente se aliarmos uma comparação regional, política e sociocultural com elementos e conhecimentos básicos de geografia.

Historiograficamente, apresentamos modelos de Estado presentes na Antiguidade africana, como a Civilização Núbia e o Egito, e suas relações com o mediterrâneo e os povos do Antigo Oriente. Apresentamos por meio de mapas, imagens e vídeos com animações elementos deste período histórico, alguns pontos da história das sociedades africanas ligadas a expansão muçulmana que interferiu sobre a África.

Tratamos esse tema por meio de tópicos de resumo que destacaram sociedades como os povos Berberes, Cirene, Numídia, Núbia, Mauritânia, entre outras. Nestas

considerações também utilizamos o recurso de mapas e para apresentar o quadro geográfico em se estabeleceu estas sociedades. Outro ponto apresentado neste estudo foi o quanto se desconhecia e se desconhece sobre a África e as ausências nas referências e escritos que não indicam o continente africano em suas obras, como as civilizações romanas da antiguidade e, até mesmo, a egípcia.

Discutimos, ainda, a visão heterogênea e homogênea existente no imaginário do senso comum sobre a África. Isso se apresenta, por exemplo, na ideia de que todos os africanos “passam fome, transmitem doenças, estão em guerra civil, são macumbeiros”. Reconsideramos o quanto essas visões são depreciativas e equivocadas, e como as mesmas podem ser ressignificadas a partir de um pensamento apresentado pelos cursistas no início dos estudos sobre África. A ideia de totalidade sobre determinada situação foi discutida entre os cursistas com exemplos positivos em vários aspectos do continente. Colocamos imagens positivas e negativas de elementos do cotidiano geral, pessoas, construções, centros urbanos e rurais, de forma global e provocamos os docentes cursistas a apontarem quais imagens se referiam à África e quais não seriam de outros continentes. As imagens que mostramos causaram estranheza e espanto quando identificadas dentro do contexto da diversidade dos países africanos. Isso se justifica pelas associações estereotipadas já cristalizadas em nosso imaginário. Nesse ponto do estudo retomamos a reflexão do vídeo “O perigo de uma única História”.

Compreendemos, a partir da leitura que fizemos deste encontro, que as necessidades formativas pontuais e individuais de cada docente/cursista, não podem ser supridas apenas nesses curtos momentos de formação. No que se refere ao conteúdo de História da África, Afro-brasileira e as especificidades das Africanidades como parte do conhecimento que compõem a cultura de nosso país, suscitam que o avanço nos estudos depende exclusivamente de uma vontade subjetiva em cada docente de avançar para além das referências por nós aqui sugeridas e em diversos canais formativos.

Ao fim do encontro, propusemos como atividades não presenciais uma pesquisa sobre as características históricas, geográficas e sociais de um país africano da escolha dos docentes/cursistas a ser realizada individualmente. Com o auxílio do

mapa político as escolhas foram feitas e os trabalhos entregues no encontro seguinte. O comando da atividade seguinte incluiu discutir as abordagens que seriam realizadas em suas escolas com o advento da Semana da Consciência Negra. A questão guia foi: “Como sua escola, você ou sua turma, vão abordar o Dia da Consciência Negra esse ano de 2018? ”. Sendo que os docentes de uma mesma escola tinham a opção de refletirem juntos e compartilhem no encontro seguinte.

- Quinto Encontro – 21 de novembro de 2018

Iniciamos os debates e estudos do quinto encontro nos dedicando a atividade de proposta para análise do módulo I. Questionamos aos docentes/cursistas sobre quais temas e momentos formativos foram os mais significativos dentro do contexto da Educação para as Relações Étnico-raciais. O docente José da Silva respondeu com as seguintes palavras:

- “Vejo que a escola tem papel importante a cumprir. Criar formas de interferir pedagogicamente na construção da diversidade e garantir o direito a educação e saber mais sobre a História e a cultura afro-brasileira e africana e creio eu que dessa forma nos ajudará a superar opiniões preconceituosas sobre os negros e denunciar o racismo e a discriminação racial” (José da Silva).

Observe-se que, nesta fala, o docente apresenta uma argumentação a favor da educação de combate ao racismo notadamente ressignificada se confrontarmos sua resposta inicial sobre as suas expectativas iniciais no questionário da Educação para as relações étnico-raciais, aplicado no primeiro encontro. Cabe ressaltar que o mesmo reconhecia seu desconhecimento do tema como fundamento para uma posição contrária ao ensino de História da África e Afro-brasileira pela prerrogativa da Lei 10.639/2003.

Ainda sobre as considerações dos docentes quanto os pontos significativos do estudo da Educação para as Relações Étnico-raciais e considerações sobre o racismo, a docente/cursista Carolina Maria de Jesus, salienta:

- “Ambos foram significativos, pois através do conteúdo passado sobre Educação Étnico-racial, pude me aprofundar melhor no reconhecimento e valorização do

patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. Quanto ao racismo, pude observar através das explicações que há uma diferença entre discriminação racial, preconceito e racismo” (Carolina Maria de Jesus).

- “Ambos formam muito significativos, pois acrescentar bastante aos meus conhecimentos dando mais perspectiva de como lidar com os assuntos em sala de aula e no meu dia a dia” (Laudelina de Campos Melo).

Após socializarmos as respostas daqueles que se sentiram motivados para compartilhar suas experiências com o grupo fizemos a leitura do texto “A escravidão Africana” (CAMPOS; SILVA, 2004). Fizemos o estudo por meio de uma leitura dialogada e pausada para inferências e considerações que o relacionava com contextos diversos. Esse momento trouxe muita discussão pelos anacronismos e comparações historicamente incorretas que os docentes apresentavam na tentativa de ilustrar a escravização africana.

Tomamos muito cuidado em pontuar e esclarecer situações e falas em que pudessem de alguma forma relativizar a escravização africana. Um ponto pertinente de reflexão, que nos permitimos enfatizar veementemente durante este encontro, foi que por pior que esteja seu trabalho, ou sua vida, ele nunca deve ser comparado a escravidão. Escrevemos esta frase em bilhetes e distribuímos aos presentes, nos cadernos, agendas, slides, bilhetes e semeamos entre nós com a tentativa de fixar essa verdade em nós e sobre nós. Outra questão que foi discutida, e esclarecida, foi as condições atuais de trabalho considerados análogos a escravidão, utilizamos exemplos recentes divulgados na mídia jornalística. Pontuamos o significado conceitual de analogia para o ensino de História, para que não restassem dúvidas quantos as situações e seus contextos históricos, geográficos e temporais.

Acompanhamos a apresentação da pesquisa de mestrado da nossa colaboradora Laryssa Silva Machado, que compartilhou achados da história escravagista na região do atual município de Itapemirim e as relações familiares e sociais que se estabeleceram durante o período de 1831 a 1888. A professora desmitificou o cotidiano e as relações entre escravos e senhores na região à época, por meio de pesquisa documental em fontes históricas primárias: certidões de batismo, inventários, registro de casamentos, entre outros, que apontam para uma dinâmica

social que foge à regra cristalizada e generalizada sobre a escravidão colonial brasileira em outras regiões e períodos históricos em especial os nossos municípios de Itapemirim e Marataízes e também em relação ao restante do Estado.

A proposta aqui foi ampliar nosso conhecimento para além das verdades já postas sobre a escravização brasileira, sem se distanciar do seu caráter desumano e mortificador, abrindo nossa visão para outros contextos e vivências durante esse trágico período de nossa história. Outra relevância foi a oportunidade de demonstrar aos docentes como é produzida a história por meio de pesquisa acadêmica. Entre as considerações discutidas, destacamos o quanto a academia se encontra distante da prática docente, pois muitas produções não alcançam o chão da escola.

Após um intervalo, onde ouvimos algumas músicas negras brasileiras de artistas como Lecy Brandão, Jorge Aragão, Zeca Pagodinho, e outros. Os participantes também foram citando sujeitos negros que compõem a história de luta e resistência com representatividades nacionais e internacionais para que nós fôssemos exibindo durante esse momento de representação intelectual, cultural e social. Lembramos Mandela, Zumbi, Joel Zito Araújo, Dona Ivone Lara, Milton Nascimento, e as figuras citadas na identificação dos sujeitos do curso na pesquisa: Carolina Maria de Jesus, Laudelina de Campos Melo, Carolina de Jesus, Dandara, entre outros. Fizemos a transição de nosso encontro para o momento de compartilhamento das experiências vivenciadas por conta da “Semana da Consciência Negra”. Iniciamos falando como é importante a parceria entre professores, gestores e pedagogos para que as implementações sejam feitas, e que, mesmo sem apoio, somos compelidos a atuar de acordo com nosso compromisso com nossos alunos e com a educação de não sermos omissos diante de seu direito a uma educação de qualidade e que o reconheça como sujeito social.

Os relatos sobre as práticas desenvolvidas em suas escolas incluíram demonstrações de bonecas Abayomis confeccionadas pelos seus alunos, cartazes utilizados em painéis, fotos dos momentos formativos e apresentações culturais organizados por eles e outros docentes, estudos de textos e imagens, entre outros. Essas bonecas ganharam destaque nas produções pedagógicas afro-brasileiras por trazerem a referência ao acalento de crianças africanizadas com seus pais

traficadas em navios negreiros. Segundo Nei Lopes (2004, p. 23), “Abayomi são um tipo de boneca feita de tecido, sem colagem ou costura com roupas e turbante coloridos e exuberantes”. Alguns docentes acaram por bem produzir um relatório mais descritivo das ações em sua escola como forma de pontuar como cada ação foi pensada e executada. Atuantes em uma mesma escola, as docentes/cursista “Luisa Mahim” e “Carolina Maria de Jesus”, desenvolveram atividades que envolveram as disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia em uma turma do 1º ano do ensino fundamental.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, pudemos identificar um trabalho desenvolvido ao longo da semana com culminância ao final da semana. Os docentes consideraram que essa metodologia oportuniza uma discussão processual do tema em várias áreas de atuação com ampla possibilidade de abordagens e não se limita a apresentações culturais esvaziadas de sentido. Para os docentes, a participação efetiva dos alunos em todas as etapas e atividades foi o mais gratificante para seu trabalho.

A docente/cursista “Fátima de Oliveira” compartilhou seu trabalho com os alunos PNE – Portador de Necessidades Especiais. Atendidos pela sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado. Conversamos durante os encontros sobre o desafio de educar os alunos especiais para as relações étnico-raciais, e as sobre as Africanidades. O tema desenvolvido pela docente em companhia de sua professora regente foi “Minha, Sua, Nossa Identidade”. Assim a docente pontua:

- “Como alunos PNE, os mesmos enfrentam a sua volta muito preconceito e discriminação, além de abordar tais temas (o projeto) houve tamanha preocupação em elevar a autoestima dos alunos, respeitando os seus talentos e limitações” (Fátima de Oliveira).

Quanto aos objetivos o projeto pretendeu:

- “Propiciar condições para que o aluno desenvolva sua capacidade dialógica. Em meio à diversidade de valores e culturas a que estamos inseridos, faz-se necessário repensarmos nossas ações diante das atitudes de desrespeito com

afrodescendentes que formam a maioria da população brasileira sendo historicamente discriminados e desrespeitados em suas raízes” (Fátima de Oliveira).

Entre as atividades desenvolvidas com esses alunos inseridos nas salas de aula, tiveram a dinâmica do espelho, onde um molde de espelho vazado refletia o outro, identificação de imagens, produção de painéis com pintura com as mãos, vídeos e músicas que abordavam a construção da identidade e reconhecimento do outro como parte de sua vivência no mundo. Foram preparados momentos lúdicos que conduziam os alunos pela temática das africanidades.

Abordar os vocábulos brasileiros com origem africana também foi uma abordagem muito mencionada em alguns relatórios. As africanidades presentes na língua e literatura brasileiras são fontes riquíssimas de resgate e valorização da cultura afro-brasileira como parte integrante de forma efetiva, não apenas alegórica.

Destacamos que na escola quilombola da qual fazem parte alguns docentes, a semana da consciência negra é parte de um currículo que privilegia o ensino das africanidades e uma educação de valorização das raízes negras em sua matriz curricular, a semana da consciência negra representa o momento onde todos os projetos desenvolvidos anualmente em todas as turmas, são socializados entre a escola e a comunidade que é muito bem inserida na vida da escola.

Este momento se mostrou muito eficaz para nossa percepção do quanto já havíamos alcançado em ressignificação do pensamento e da ação pedagógica ao identificar na fala dos docentes/cursistas suas considerações sobre como outras formas de abordagem poderiam ter sido feitas ou outros caminhos tomados para a reflexão sobre o tema e até mesmo a admissão de terem se mantido omissos durante projetos desenvolvidos em sua escola. O reconhecimento de que sempre é tempo de rever nossa prática docente é algo assimilado pelos docentes/cursistas neste momento de nossa formação continuada.

- Sexto Encontro – 28 de novembro de 2018

Apresentamos neste sexto encontro a proposta de estudo do texto “O ensino da História da África em debate” do autor Anderson de Oliva (2006). Na oportunidade

podemos retomar as discussões sobre pontos do conteúdo específico de história da África e Afro-brasileira, conforme prevê o percurso teórico da formação continuada em seu módulo II, que julgamos serem relevantes para a prática docente, e que ainda não haviam sido mencionados em nossos encontros presenciais ou nas leituras sugeridas nas indicações bibliográficas dos módulos.

O texto de trata da relevância do estudo de História da África para a Educação das Relações Étnico-raciais e como os equívocos e silêncios bibliográficos e nos materiais didáticos podem reproduzir um pensamento generalizado equivocado e limitado sobre um tema tão vasto e sobre toda a diversidade da história Africana. Ao serem questionados sobre o quanto conhecem da História da África, muitos docentes/cursistas admitiram incorrer em equívocos apontados pelo autor como recorrentes: silêncios nos livros didáticos, generalização quanto às formações socioeconômicas africanas, grosserias geográficas, simplificações e etc. Retomamos ao vídeo já exibido nos encontros com a fala da escritora nigeriana Chimamanda Anquile “O perigo de uma única História”. Aliás, esse vídeo se tornou um condutor de nossos debates quando nossos objetivos eram dissipar generalizações e preconceitos sobre determinados aspectos da cultura de um povo e de como estão representados em nossos materiais didáticos.

Percebemos que, mesmo depois de argumentarmos sobre os riscos de generalizações e simplismos sobre a pobreza da África, por exemplo, alguns docentes resistiam em afirmações já cristalizadas em suas experiências e vivências docentes. Todas baseadas nas frágeis abordagens do conteúdo em sua formação acadêmica.

A palavra de ordem do encontro passou a ser “releitura”. Dentre as afirmações espontâneas dos docentes pudemos identificar em seus discursos a ideia de um primitivismo e selvageria dos africanos. Relembramos então as considerações que fizemos sobre o filme Madagascar. As generalizações e relativizações também foram percebidas nas falas dos docentes que julgavam que África é sinônimo de elementos negativos, como, por exemplo, AIDS, fome, pobre, escravidão, e pautam-se em uma superficialidade de informações recentes, aprofundadas e originais, que engessa sua capacidade docente e limita seu conhecimento intelectual.

Propusemos aos docentes/cursistas que fizessem então uma reflexão sobre os materiais didáticos que eles utilizam ou já tiveram acesso em suas práticas pedagógicas, buscando especificamente sobre História da África. Destacamos que o ensino de História da África e Afro-brasileira são obrigatórios desde 2003. No entanto, nossos livros didáticos, mesmo os dos primeiros anos do ensino fundamental, deveriam ter o conteúdo de forma consistente, e não apenas em eixos temáticos com abordagens simplistas, quando acontece de estarem presentes. A primeira constatação que fizeram foi: “Não existe esse material em minha escola”, “Minha disciplina não traz esse tema em seu livro didático”, “A grade de conteúdos não prevê esses temas”, entre outras queixas. Sobre essas colocações, fizemos a seguinte proposta de reflexão pessoal: “Quais práticas e critérios individuais eu utilizo na seleção de material para meus planejamentos de aula? ”.

Dessa forma, com base nos conceitos de Africanidades já discutidos em nossos encontros, analisamos as possibilidades de abordagem, ensino e aprendizagem em algumas disciplinas ministradas pelos docentes/cursistas. Vale lembrar que tivemos conosco professores regentes de turmas dos 1º aos 2º anos do ensino fundamental, bem como professores do 1º ao 5ª ano nas áreas específicas de educação física, inglês, arte e educação especial. Assim, nos preocupamos em elencar estas disciplinas e exemplificar seus conteúdos da forma mais ampla possível, com o intuito de contribuir ao máximo em suas áreas destacando as africanidades presentes nelas, além de apontar algumas metodologias que implicariam em uma abordagem interdisciplinar muito utilizada nestes casos de temas apontados como transversais pelo currículo atual.

Tendo como base teórica para as discussões deste encontro o texto de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras” (2005), percorremos por conteúdos das Africanidades de forma genérica nos campos da Matemática, na Língua Portuguesa, na Biologia, na Literatura, Educação Física, entre outros. Essas pontuações foram feitas por meio de exemplos dos temas gerais destas disciplinas, como forma de compreender e refletir, até mesmo, o percurso que nossa formação acadêmica seguiu até aqui. Utilizamos, ainda, momentos do calendário escolar como possíveis geradores de discussão e destaque

das africanidades: aulas de campo, visitas técnicas, projetos trimestrais, propostas de intervenção sobre saúde, família, alimentação, entre outras situações educativas.

Em uma proposta de reflexão e estudo não presencial, sugerimos, além das leituras indicadas para o módulo, à atividade de pesquisa sobre um país da África. Os docentes/cursistas deveriam escolher um país e destacar seus principais aspectos, sociopolíticas, culturais e históricas. Esta atividade de pesquisa, muito utilizada em sala de aula, exemplifica uma autonomia presente nos estudos independentes de localização, seleção e compreensão dos temas. Além de ser uma ação componente da formação continuada, ainda contribui para a prática docente.

Ao estudar o mapa da África, por meio de recursos midiáticos, reforçamos novamente as referências geográficas e climáticas que distinguem e caracterizam as regiões e os países africanos e são determinantes na pluralidade do continente. As aproximações culturais entre os países da África de outros continentes como Ásia e Europa, também foram pontuados em nossa explanação de introdução à atividade de individual de pesquisa.

Percebemos, ao final do encontro, que ficou bem claro para os docentes/cursistas que o ensino das Africanidades não está restrito às disciplinas específicas da área das Ciências Humanas – foco em História e Geografia – tampouco é necessário criar uma disciplina única, ou, ainda, planejar momentos isolados e desconectados do cotidiano escolar para se dedicar ao ensino das Africanidades em uma educação antirracista. Basta, pois revermos nossos conteúdos e nosso fazer docente pela ótica das Africanidades.

Assim encerramos as discussões dos temas propostos para esse módulo, sem encerrar ou esgotar as reflexões acerca das nossas possibilidades formativas sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino de Africanidades. O senso comum entre os docentes/cursistas foi que as africanidades perpassam por todas as áreas do conhecimento humano e que é possível identificá-las por meio de um olhar mais atento à pluralidade cultural na qual estamos inseridos.

- Sétimo Encontro – 05 de dezembro de 2018

Como definimos anteriormente, o sétimo encontro compõe o terceiro e último módulo de estudos e dedica-se as análises das matrizes curriculares e seus eixos norteadores, com a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais e como os mesmos foram implementados. Por meio de ações didático-pedagógicas e revisão das possibilidades em cada disciplina, discutimos formas de promover o ensino das Africanidades de forma mais pontual e assertiva, dentro das especificidades dos docentes que integraram nossa formação continuada. Nossa sequência de estudos teve como base a “Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais da Educação Básica”, documento elaborado pela rede de educação da Prefeitura de Florianópolis – Santa Catarina.

Em uma atividade desenvolvida com os docentes cursistas realizamos uma análise que nomeamos de “Repensando a Matriz Curricular”. Neste momento estruturamos os exemplos discutidos de forma genérica em outros encontros presenciais, e concentramos nossa atenção às disciplinas e suas matrizes curriculares.

Começamos a análise por áreas. Dessa forma, em Ciências Humanas exploramos em especial as matrizes de História e Geografia. Destacamos que, para essa área de conhecimento, a proposta nos apresenta como fio condutor, as abordagens que incluam os conceitos de Memória, Identidade e representações socioculturais. Considerando que os conteúdos de História e Geografia elencados em sua grade programática para os anos iniciais do ensino fundamental, são dispostos e eixos ou unidades temáticas, desenvolver uma abordagem que privilegie esses conceitos pode ser mais bem definida e relacionada às Africanidades pelos docentes em seus planejamentos.

Os docentes/cursistas sintetizaram em suas anotações os principais pontos temáticos a serem desenvolvidos em Africanidades por meio dos conceitos de: Identidade, Pertencimento, Representação Sociocultural, podem ser abordados por meio de estudo de mapas, estudos de textos, análise de imagens, formação do espaço geográfico, entre outros, nas unidades temáticas. Em um exemplo, analisamos a unidade temática “A vida Familiar” no livro do 1º ano da Coleção “Buriti Mais História” da Editora Moderna. Esta coleção, em particular, foi a escolha para os anos de 2019 a 2022, na rede municipal de educação de Marataízes – ES, por isso

tivemos acesso de antemão ao volume elaborado com as prerrogativas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A unidade que selecionamos como tema de análise se organizava da seguinte forma: Uma unidade com os capítulos: “Em Família”, “Muitos Tipos de Família”, “Toda Família tem História” e “Vivência em Família”. Os docentes/cursistas discutiram sobre como abordam os materiais didáticos, dividem os capítulos e planejam as atividades. Após um breve compartilhamento de suas metodologias, nos propusemos a olhar os temas dos capítulos pela perspectiva das Africanidades. Entre as contribuições dadas oralmente, os participantes pontuaram, sobre a diversidade dos formatos das famílias brasileiras, as questões inter-raciais, as representações no livro didático entre outros que podem ser abordadas nas aulas e atividades direcionadas a esse conteúdo.

Nas áreas de Ciências Naturais destacamos o estímulo a atividades que privilegiem os conceitos de memória, ancestralidade, corporeidade e diversidade presentes na humanidade, abordados nas temáticas de saúde, corpo, alimentação, podendo ser desenvolvida levando em conta a corporeidade afro-brasileira, a valorização da estética negra. Em Linguagens, discutimos possíveis trabalhos com a literatura afro-brasileira e as novas publicações de contos afros que podem ser trabalhados. Os docentes/cursistas compartilharam sobre quais livros com temática afro-brasileira eles já desenvolvem atividades, bem como as estratégias didáticas que utilizavam para alcançar os objetivos de seus planejamentos. Uma lista com esses títulos, entre outros, será disponibilizada no material educativo anexo a esta dissertação. Foi importante enfatizar que os materiais paradidáticos fazem parte de uma iniciativa pedagógica coletiva, mesmo havendo impeditivos financeiros para a escola, temos alternativas para agregar jogos, livros e vídeos a nossa prática didático-pedagógica.

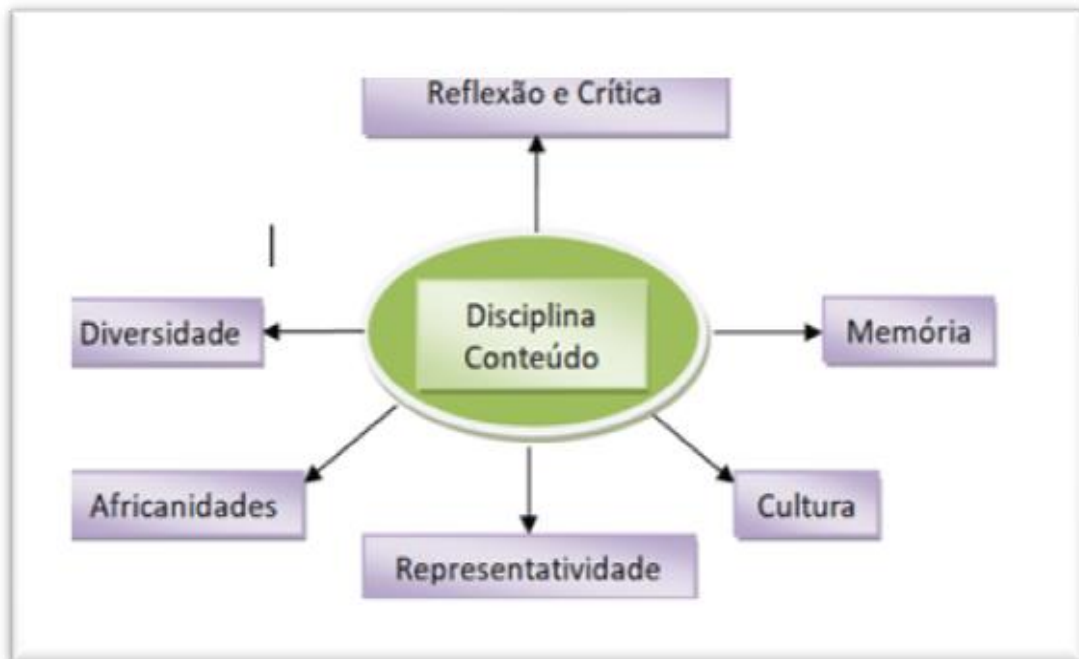
Discutimos, ainda, sobre a introdução de outras práticas que valorizem nossa iniciativa de consolidar a educação para as relações em nossa docência. Seguir um calendário de datas comemorativas é parte da rotina escolar, podemos praticar as Africanidades, inserido eventos, do calendário Afro. Disponibilizamos para os docentes um calendário que se atualiza a cada ano com datas comemorativas e de reflexão, nacionais e internacionais, que fazem parte da cultura afrodescendente.

Jogos e brincadeiras do lúdico afro-brasileiro, Cantinhos de Leitura personalizados, representações de personalidades negras de referência nos diversos seguimentos entre outras, ações.

Após partilharmos sobre as matrizes curriculares e as propostas da Educação para as Relações Étnico-raciais, enfatizando as possibilidades didático-pedagógicas, desenvolvemos, por meio da adaptação das teorias estudadas neste módulo, uma estrutura de ação didático-pedagógica na qual pode-se fundamentar nossa prática docente e nortear nosso planejamento de aulas e projetos. Tendo como base o modelo proposto na bibliografia, simulamos uma proposta pautada nas vivências e experiências de nossos docentes/cursistas.

Partimos do princípio, já estabelecido em nossa formação continuada, que todas as disciplinas abordam temas que possuem altas possibilidades didáticas e pedagógicas para a abordagem das Africanidades. Assim, estabelecemos os conceitos mais relevantes a serem desenvolvidos. O esquema foi elencado da seguinte forma: Disciplina, Conteúdo, Conceitos para EREER/Africanidades.

Figura 1 – Mapa Conceitual de Planejamento Ensino de Africanidades elaborado para a Formação



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

A partir da definição desta estrutura como base para os planejamentos das aulas e projetos com a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais no campo

das Africanidades, os docentes/cursistas deveriam elaborar uma Proposta de Intervenção Didático-pedagógica com os temas de sua escolha, utilizando os referenciais teóricos discutidos durante os encontros presenciais e por meio das leituras complementares. Essa proposta, que seguiu um roteiro predefinido por nós, é a uma atividade final da nossa formação continuada.

Constatamos que durante os estudos e os debates sobre as matrizes curriculares, conteúdos programáticos, disciplinas e áreas do conhecimento, uma das reclamações mais recorrentes por parte dos cursistas, foi sobre a falta de um material de apoio que sustentasse suas práticas docentes sobre os temas a serem desenvolvidos nas Africanidades. Chegamos a um consenso que apenas a falta de material didático de forma física nas bibliotecas – um movimento que não depende apenas da vontade docente – não pode ser um impeditivo para desenvolvermos um trabalho docente de excelência na Educação para as Relações Étnico-raciais.

- Oitavo Encontro – 12 de dezembro de 2018

Chegamos ao oitavo e último encontro presencial, retomando o percurso teórico estabelecido para essa formação continuada e analisando o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais” (2006). Por seu intermédio, elencamos as ações mais urgentes que poderíamos assumir, a partir de agora, em um compromisso com uma educação antirracista. A sugestão da formatação de um “Cantinho das Africanidades” foi colocada aos docentes. Trata-se de um espaço dedicado à cultura afro-brasileira cujo objetivo maior é fortalecer a autoestima dos alunos, a identidade e as relações. Isso feito, mesmo quando não há alunos negros nas turmas, como evidenciado por uma docente.

Dessa forma, selecionamos com os docentes/cursistas práticas pedagógicas e didáticas convergentes com nossa proposta formativa, elencadas em Tópicos Pedagógicos de Ação, que foram formatados durante o estudo do texto base e, posteriormente, incluídos em nosso material formativo:

TÓPICOS PEDAGÓGICOS DE AÇÃO – I

- A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo;
- Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro sociais, econômicos, culturais, políticos, intelectuais, experiências, valores, etc.;
- Abordar situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aulas; combater às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e a cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias;
- Combater às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e a cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

TÓPICOS DE AÇÃO II – OUTRAS POSSIBILIDADES

- Roda: rompe hierarquias, pratica-se a oralidade, própria para contação de histórias, aprender coletivo;
- Calendário Étnico-Racial: inserido no calendário escolar;
- Ressignificação do 13 de Maio como “Dia de Denúncia e combate ao Racismo”;
- Fortalecer o “20 de Novembro” como “Dia da Consciência Negra”, priorizando ações que valorizem a cultura negra sem simplismos e estereótipos; Contos, Brincadeiras e diversidade: a educação lúdica revela os papéis que as crianças assumem durante as brincadeiras. (Kiriku x Chapeuzinho Vermelho);
- Uso de filmes, vídeos, músicas: propostas para reflexão e criticidade;
- (Decorando e informando: Murais, Cartazes, móveis, ponteiros de lápis, entre outros);
- Corpo humano: fenótipos, doenças genéticas, diversidade dos povos, culturas, vestes;
- Contos, Brincadeiras e diversidade: a educação lúdica revela os papéis que as crianças assumem durante as brincadeiras. (Kiriku x Chapeuzinho Vermelho);
- Uso de filmes, vídeos, músicas: propostas para reflexão e criticidade;
- (Decorando e informando: Murais, Cartazes, móveis, ponteiros de lápis, entre outros);
- Corpo humano: fenótipos, doenças genéticas, diversidade dos povos, culturas, vestes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, n. p.).

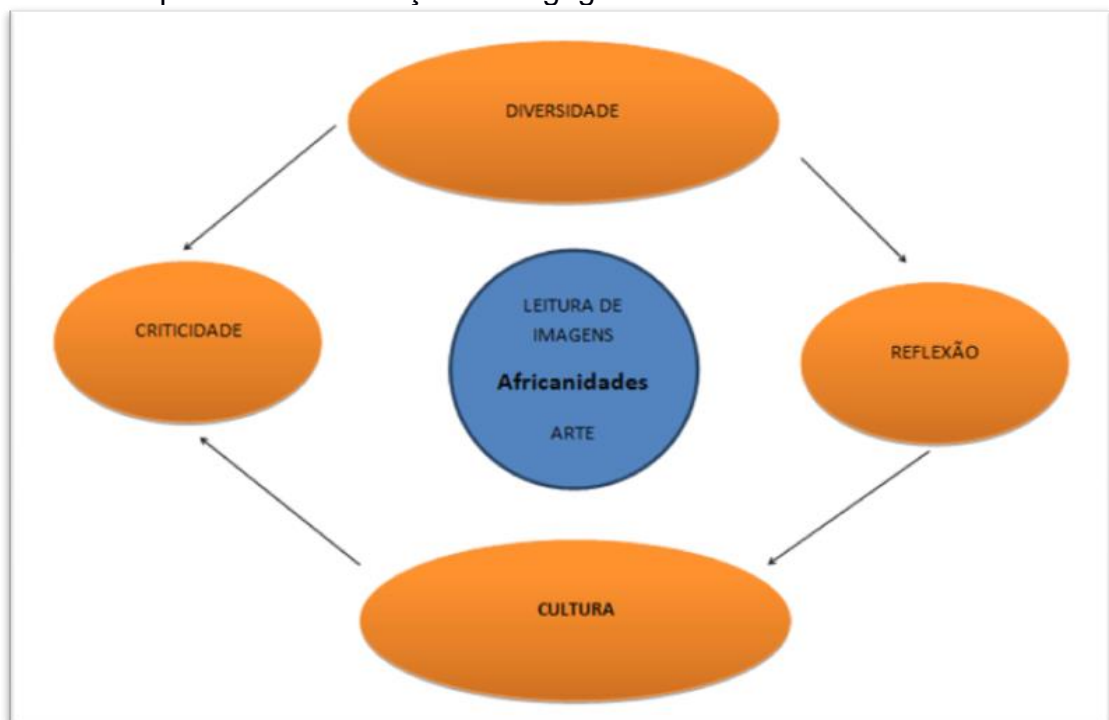
E, ainda, possibilidades de temas:

POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

- Feiras Temático-Culturais;
- Gráficos;
- Livros e histórias em quadrinhos;
- Álbum de famílias...
- Feiras Temático-Culturais;
- Gráficos;
- Livros e histórias em quadrinhos;
- Álbum de famílias entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, n. p.).

Ao discutirmos as Propostas de Intervenção Pedagógica e Didática elaboradas pelos cursistas/docentes, destacamos a estrutura indicada para a proposta contou com os seguintes pontos de reflexão e ação: Objetivo, Justificativa, Local de aplicação, Público-Alvo, Metodologia e Conteúdos. Essa estrutura seguiu o modelo que formatamos junto com os docentes/cursistas, no sétimo encontro, e contou com elementos que contemplassem os conceitos e abordagens que julgamos pertinentes para a Educação para as Relações Étnico-raciais e para o ensino das Africanidades. Desse modo, a docente “Dandara” sintetizou sua proposta como estabelecido no modelo e compartilhou por meio do diagrama:

Figura 2 – Proposta de Intervenção Pedagógica e didática de docente/cursista



Fonte: Elaborado pelos cursistas durante os encontros (2018)

Sobre os possíveis impactos dessa ação a docente diz que almeja,

- “Uma reflexão sobre a introdução dos negros na sociedade brasileira e as Africanidades, respeitando-se as legislações vigentes que incluem temáticas da cultura africana e de seus descendentes nas Propostas Pedagógicas Curriculares” (Dandara).

Dentre as considerações sobre a experiência na execução da atividade, muitos se mostraram animados com as reais possibilidades de aplicação da proposta e do quanto ela é plausível e necessária em seu cotidiano escolar. Mesmo considerando que estávamos no final do ano letivo, e que alguns não regressariam no ano seguinte para as mesmas turmas, isso não os dissuadiu de pensar em uma proposta, que, acima de tudo, envolvesse pensar os conteúdos de sua rotina diária sob uma perspectiva que alcance as pluralidades culturais e de combate ao racismo na escola.

O encerramento da formação continuada contou com uma avaliação dos momentos formativos que tivemos. Em seguida, confraternizamos com essa oportunidade de encontro, celebrando a vida e ao encontro de ideias que se fizeram vontade de movimentar nossa prática docente em direção a uma educação emancipadora.

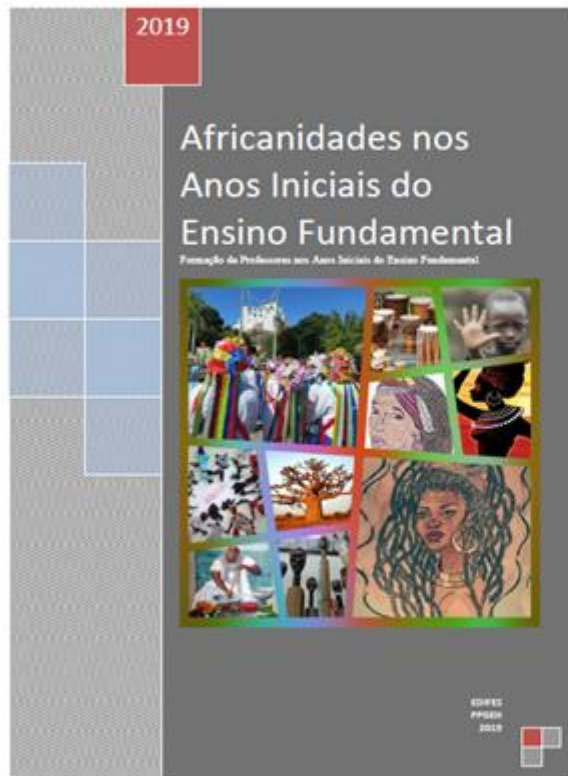
7 PERCURSO TEÓRICO FORMATIVO – O PRODUTO EDUCATIVO

O material educativo que elaboramos, e validamos junto aos docentes/cursistas, se apresenta por meio de Livreto, como Caderno Pedagógico, composto pelo Percurso Teórico Formativo, Atividades e possibilidades temáticas dentro do ensino de africanidades na grande área da Educação para as Relações Étnico-raciais, em conformidade com a orientação da área 46 – ENSINO, subárea de Ensino de Ciências Humanas, Linguagens e Artes, da CAPES/MEC, da Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Trata-se, portanto, da socialização dos saberes acadêmicos pedagógicos, das práticas de ensino e aprendizagem e da temática das Africanidades, com a comunidade escolar e a sociedade.

Este material compõe uma série de livros didáticos com foco na pesquisa em educação, organizada pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) e futuramente disponibilizado em uma plataforma digital. A validação do mesmo ocorreu, em primeiro lugar, junto aos docentes/cursistas a partir das reflexões, análises e discussões propostas em encontros presenciais, sendo previamente estruturados pelos responsáveis do curso. Dessa forma, o material educativo dedica-se aos docentes dos Anos Iniciais do Ensino fundamental, bem como os demais interessados, que poderão ter acesso a um material produzido com a narrativa docente de quem vivencia em seu cotidiano o chão da escola. A segunda validação será realizada pela banca examinadora.

Esperamos que esse material educacional atenda os percursos pedagógicos que traçamos para essa formação continuada e proponha uma reflexão dos conceitos teóricos que abordamos em nossa formação continuada. Oferecemos, ainda, possibilidades de formação e qualificação dentro dos temas de Educação para as Relações Étnico-raciais, bem como sobre o conceito de Africanidades, com a intenção de contribuir de forma significativa em suas práticas docentes. O espaço dedicado às práticas e didáticas, é uma proposta de abordagens ressignificadas dos conteúdos e temas curriculares, conduzidas por possibilidades e ações que percorrem todo nosso calendário letivo. Por fim, nosso percurso formativo, tem a pretensão de ser uma ferramenta de discussão e reflexão de uma prática de ensino antirracista que favoreça e contribua para o “fazer docente” e a formação de cidadãos conscientes e emancipados.

Figura 3 – Exemplo de capa e contracapa



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

O livreto traz em seu conteúdo as perspectivas propostas no percurso teórico desenvolvido durante a formação Continuada. Dessa forma, discute em capítulos as discussões teóricas sobre os temas dos módulos, propõe reflexões por meio de análises dinâmicas e didático-pedagógicas, além de sugerir leituras complementares, vídeos e sites temáticos que contribuam para uma formação permanente e o ensino e aprendizagem das Africanidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido em nossa pesquisa nos trouxe uma imensidão de informações e conceitos que se desdobram sobre o ensino e a aprendizagem das Africanidades em um amplo campo de pesquisa que nos debruçamos que é a Educação para as Relações Étnico-raciais. Neste sentido, absortos pelas possibilidades de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no que se referem as Africanidades, elaboramos ações práticas que foram conduzidas junto aos alunos e professores das escolas da Rede municipal e Estadual de Marataízes, nas quais atuo como docente e tenho uma ligação com os docentes e discentes.

Seguindo uma ordem cronológica que alcança o período que contempla essa pesquisa, desenvolvemos junto a EMEF “Maria da Glória Nunes Nemer”, no ano de 2017, o estudo e apresentação sobre o Congo Capixaba por meio do projeto pedagógico intitulado “O Congo Capixaba desce o Litoral: Práticas Educativas da Cultura Étnico-Racial”. Na ocasião apresentamos o projeto aos alunos contando o histórico do Congo Capixaba como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-descendente do estado. Produzimos instrumentos com recicláveis, analisamos letras de músicas e imagens. A culminância contou com apresentação da canção “Madalena do Jucu” onde os alunos dançaram cantaram e tocaram instrumentos, com destaque para a Casaca, o “reco-reco de cabeça”. Essa prática foi apresentada no IX Seminário Nacional de Educação das Relações Brasileiras/NEAB/UFES.

Em maio de 2018, junto aos alunos da EMEF “Nagib Meleip” em Marataízes – ES desenvolvemos a Roda e Conversa “Ressignificando o Treze de Maio”. Participaram destes momentos as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e professores que os acompanhavam durante os horários de aula. O objetivo desta prática foi discutir posturas racistas em nosso contexto escolar e fora dele com a análise de situações-problema, experimentos sociais, imagens e vídeos com teor racista. A partir das vivências relatadas também pelos alunos, pudemos esclarecer várias dúvidas dos alunos e contribuir para a disseminação de uma cultura de respeito à diversidade étnico-racial. Esta prática se repetiu ainda na EMEF “Anália Queiroz da Silva”, EMEF “Sebastião Almeida” e EMEF “Maria da Glória Nunes Nemer”, e foram apresentadas na 5ª Conferência Mundial de Combate às desigualdades econômicas,

raciais e étnicas, sediado na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, no período de 26 a 29 de setembro de 2018.

Ainda em maio de 2018, realizamos a palestra “Racismo no Espaço Escolar”, com alunos do 1º ano do Ensino Médio, na EEEM “Prof. José Veiga”. Na ocasião discutimos com os alunos a importância de práticas cotidianas que valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial. Discutimos sobre as questões raciais e o enfrentamento do racismo em diversas ações educativas e da importância de dispositivos de combate ao racismo na escola. Analisamos imagens, músicas, frases e vocábulos do nosso cotidiano que fortalecem a estrutura racista na qual nossa sociedade, infelizmente, está assentada. Os alunos apresentaram ações de combate ao racismo que julgaram serem iniciativas para a mudança de comportamento racista.

Por fim, mas não sendo o fim, participamos da Mesa Redonda: “Educação e relações Étnico-raciais” que compôs o “I Seminário de Integração: Educação e Diversidade”, articuladas pelo Polo UAB/Itapemirim, para os alunos do curso de Letras/UFES. Na ocasião apresentamos pontos pertinentes do projeto de pesquisa com foco na formação de professores para o ensino de Africanidades, destacando, entre conceitos e práticas, a importância formativa do tema e a relevância de uma postura antirracista por parte dos docentes.

Sendo docente do Ensino Fundamental II, na disciplina de História, tenho a oportunidade de abordar os temas dessa pesquisa com mais liberdade curricular e estabelecer com os colegas um diálogo pedagógico que acaba por disseminar os conceitos da educação para as relações étnico-raciais, bem como sugerir materiais para estudo e propostas temáticas dentro das Africanidades nas diversas áreas de conhecimento. Desse modo, as práticas sobre educação antirracista do projeto “Ressignificando o Treze de Maio: Dia Nacional de Combate ao Racismo” já fazem parte do planejamento escolar na minha disciplina com colaboração e apoio da equipe gestora e pedagógica das escolas nas quais atuo.

A pesquisa por meio da proposta de Curso Extensão como Formação Continuada, para o ensino de Africanidades, originou-se neste Projeto de Pesquisa como forma de atender as necessidades formativas sobre o tema que possam permear o cotidiano dos docentes dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, partindo do

pressuposto que suas formações iniciais não contemplaram a temática de forma satisfatória e suficiente que os capacitasse com segurança para contribuir como uma educação para as relações étnico-raciais e com prerrogativas pedagógicas que atuassem em combate ao racismo dentro e fora da escola.

Nossa proposta de Formação Continuada no Ensino de Africanidades foi executada por meio da categoria Curso de Extensão com encontros semanais e atividades semipresenciais. Desse modo, reunimos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que, por meio de um processo seletivo, atenderam os requisitos de nossa pesquisa, entre os quais, estar atuando em sala de aula nos anos iniciais foi um dos critérios de maior valor investigativo, pois, as práticas formativas exigiriam uma vivência no espaço escolar para melhor se analisar os contextos educativos e o cotidiano escolar no qual refletimos sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais.

Dentre nossos principais objetivos, nesse processo educativo, priorizamos momentos formativos que se concentrassem na área da Educação para as Relações Étnico-raciais, tendo como perspectiva o Ensino das Africanidades. Assim, nos reunimos durante o período de 24 de outubro a 12 de dezembro de 2018, no polo da Universidade Aberta do Brasil, no município de Itapemirim – ES, e desenvolvemos as atividades delimitadas pela Proposta de Curso de Extensão e pelo projeto de pesquisa “Formação de Professores para o Ensino de Africanidades: uma proposta emancipatória”. Contamos, ainda, com três professores colaboradores que contribuíram para as atividades práticas dos encontros presenciais: preparando os espaços dos encontros, acolhendo os cursistas, cuidando da exibição de som e imagens, contribuindo nas discussões como especialistas de História e da Educação.

Assim, nossa pesquisa se empenhou em identificar as necessidades formativas de docentes que estivessem atuando em sala de aula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no período do curso e, junto a eles, apontar caminhos e possibilidades teóricas e práticas que contribuíssem para uma capacitação e, ao mesmo tempo, pudessem ressignificar seu fazer docente, na medida em que avançamos nos debates e contextualizações conceituais sobre os temas elencados para o percurso

teórico. As verificações das demandas formativas ocorreram por meio de instrumentos de pesquisa que incluíram questionários, entrevistas e roda de conversa, entre outros. A partir do encontro inicial, já pudemos delimitar o conteúdo a ser discutido e fomos estruturando encontro a encontro conforme o desenvolvimento das atividades propostas para a instrumentalização metodológica e de acordo com os questionamentos propostos pelos docentes/cursistas.

Retomando os pressupostos da Pedagogia Histórico-crítica apontamos sua afirmação de que entre as demandas da educação está o compromisso em superar o senso comum e socializar o saber sistematizado. Dessa forma, conduzimos nossa formação continuada de modo que ao final pudéssemos identificar em nossos momentos formativos vivências da perspectiva Histórico-crítica. Assim, observamos os momentos pedagógicos durante todo o processo formativo, de forma processual e cíclica sem incorrer, no entanto, em um reducionismo dos mesmos, refletindo dentro de nossa prática social que, conforme Marsiglia, Martins e Lavoura (2019) devemos,

Partir da prática social e dela extrair os elementos culturais que serão traduzidos em saber escolar requer a identificação de como se expressam as relações humanas em um dado tempo histórico, segundo um determinado modo de produção, tendo especificidades e particularidades que se expressam nos diferentes grupos e classes sociais (MARSIGLIA; MARTINS; LAVOURA, 2019, p. 14).

Ainda sobre o momento de problematização da prática-social seguimos o entendimento de que:

Ao sublinhar o ponto de partida da prática pedagógica como derivada da prática social e estabelecer que a escola deva voltar-se aos conteúdos mais relevantes para sua transformação, há que haver a problematização dos conteúdos. É essa problematização, portanto, que determina os conteúdos mais relevantes da prática social que precisam ser sistematicamente transmitidos aos indivíduos (MARSIGLIA; MARTINS; LAVOURA, 2019, p. 14).

Neste sentido, procuramos desenvolver nossa formação tomando como contexto de discussão a Prática-Social do ponto de vista dos docentes/cursistas, e então, analisar e validar o percurso formativo que elaboramos, sob a ótica da Pedagogia Histórico-crítica. Neste momento os docentes/cursistas apresentaram suas expectativas dúvidas, vivências e constatações sobre o tema do curso, como pudemos observar no questionário de pesquisa, instrumento pelo qual pudemos

contextualizar nosso problema de pesquisa, a formação docente para o ensino de Africanidades, e, como dissemos, delinear nosso referencial formativo de forma a atender suas necessidades formativas e superá-las teoricamente.

Identificamos junto aos docentes as ausências formativas e as demandas ainda não exploradas no campo da formação de professores tanto inicial quanto continuada. O passo que identificamos como “Problematização”, apresentando o conteúdo de forma sistematizada por meio do Percurso que definimos para organizar nossos estudos, apresentado em módulos, como possibilidades para a resolução dos problemas identificados em nossa prática-social inicial. Para Saviani (1999, p. 80) a problematização “Trata-se de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar. Em nosso caso, os problemas considerados mais pertinentes, estão relacionados com a falta de disciplinas formativas exclusivas sobre a temática étnico-racial e diversidade na nossa formação inicial, a falta de material formativo e didático para o trabalho didático-pedagógico em sala de aula, a baixa oferta de Formação Continuada, a ausência de propostas pedagógicas nas escolas, entre outros que dificultam uma valorização da Educação para as Relações Étnico-raciais.

Dessa forma, delimitar os temas, favoreceu visualizar as possibilidades teóricas e organizá-las de forma a se desenvolverem gradativamente agregando as mudanças necessárias no decorrer do percurso bem como as práticas pedagógicas e didáticas necessárias para conduzir o estudo e as discussões sobre os temas.

Alinhamos como nossas ações didáticas e pedagógicas utilizadas para abordar os temas e promover o estudo dos textos selecionados para darem embasamento teórico às nossas falas durante os encontros presenciais e momentos não presenciais de estudo. Lançamos mão de práticas tradicionais de estudo, sem perder de vista as inovações tecnológicas de compartilhamento de materiais de leitura, vídeos e músicas que fizeram parte de nossos momentos de reflexão e análise crítica. Incluímos, ainda, dinâmicas, situações problemas, contextualizações, identificações, representações, comparações, análise de Imagens e vídeos, experimentos sociais, produção de texto, entre outras que se fizeram necessárias para atender nossos objetivos formativos.

As vivências formativas nas quais os docentes/cursistas apresentaram suas considerações por escrito, como em relatórios de análise do final do módulo, ou nas discussões realizadas no final das leituras e estudos teóricos, foram fundamentais para vislumbrarmos como as reflexões, discussões e leituras, estiveram em posição de contribuir de forma positiva com uma nova visão de ensino sobre as Africanidades. A cada início de encontro realizamos um momento que denominamos “Recapitulando o Encontro Anterior”. Em um exercício de memória, retomávamos o conteúdo discutido anteriormente, relacionando com as vivências do cotidiano (notícias, vídeos, polêmicas, etc.) e introduzíamos o conteúdo previsto no percurso para aquele encontro. Na oportunidade sintetizávamos pontos de discussão e dúvidas dos docentes/cursistas. Esse exercício nos oportunizou identificar nas falas dos docentes, um argumento que não caía mais no senso comum sobre os temas, uma tentativa de externar os conhecimentos adquiridos por meio de considerações.

A pedagogia Histórico crítica pressupõe diz que a prática-social não é abandonada durante sua análise, não nos descolamos dela e retomamos em um determinado ponto idealizando uma transformação radical sem mediação dos sujeitos. A transformação da prática social é qualitativa, segundo Saviani (1999):

Conseqüentemente, a prática social referida no ponto de partida (primeiro passo) e 'no ponto de chegada (quinto passo) é e não é a mesma. É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o, fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica; e já que somos, enquanto agentes sociais, elementos objetivamente constitutivos da prática social, é lícito concluir que a própria prática se alterou qualitativamente (SAVIANI, 1999, p. 82).

Identificamos este momento da formação continuada como vivência onde o pensamento e ação docente se estabelecem de forma autônoma dentro do processo formativo. Nossa expectativa emancipatória da formação continuada se concretizou por meio da intenção de ação modificada e ressignificada dos docentes/cursistas quanto a sua atuação e prática no ensino das Africanidades e no combate ao racismo. As Propostas de Intervenção Didático-Pedagógica, entregues como atividade escrita final no curso, mesmo que elaboradas com uma alusão a práticas pedagógicas possíveis em suas áreas de atuação docente, foram a expressão da compreensão dessas possibilidades pedagógicas e didáticas para o ensino das

Africanidades coexistentes em todas as disciplinas e conteúdos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e a aplicabilidade dos conceitos discutidos.

Assim, respondemos ao questionamento inicial de nosso projeto de pesquisa que foi: “Quais as necessidades formativas dos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental para práticas emancipatórias e de combate ao racismo, no ensino das Africanidades em convergência com a educação para as relações étnico-raciais e como podemos sistematizar uma formação continuada que atenda a essas demandas formativas?”, admitindo que as demandas formativas identificadas durante a formação continuada, são as que se relacionam aos conceitos teóricos básicos sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, bem como as diretrizes para o ensino e a aprendizagem da mesma.

O conceito de Africanidades no campo de estudos sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais é um tema ausente na formação inicial dos docentes participantes de nossa pesquisa, além de constarmos uma rara oferta de estudos em formações contínuas nas quais eles têm acesso. Identificamos, ainda, um entendimento superficial sobre as questões étnico-raciais que versam sobre racismo, discriminação e preconceito racial. As considerações verificadas na fase diagnóstica dos temas pautavam-se no senso comum, sem um aprofundamento teórico e contextualizado nas dinâmicas sociais que vivenciaram.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa: Sistematizar uma proposta formativa continuada sobre Africanidades no campo da educação para as Relações Étnico-raciais de forma que atenda às necessidades constatadas junto aos docentes, dos anos iniciais do ensino fundamental, em uma perspectiva crítica, reflexiva e emancipatória. Desenvolvemos uma formação dentro das propostas elencadas no projeto de pesquisa desenvolvendo estudos teóricos, promovendo discussões embasadas nos conceitos propostos, estabelecendo um espaço mediado pelo diálogo, relacionando teoria e prática por meio de uma abordagem crítica e reflexiva durante os encontros presenciais e atividades não presenciais.

Dentre os objetivos específicos, tivemos a oportunidade de analisar a trajetória da formação dos professores buscando identificar a presença de elementos formativos na temática das Africanidades e da Educação para as Relações Étnico-raciais,

verificados por meio de questionários e roda de conversa. Destacamos que, ao longo da formação continuada oportunizamos momentos de reflexão sobre as práticas docentes e pedagógicas e a relevância de se ter um domínio teórico que contribua de forma assertiva com o fazer docente. Desenvolvemos, ainda a produção do material educativo com o percurso teórico sobre o ensino de Africanidades, cuja validação se deu por meio da formação continuada

Consideramos ter alcançado êxito em nossas projeções e ter desenvolvido uma formação continuada que respondeu de forma positiva as expectativas de nossos objetivos, respondeu ao nosso problema de pesquisa oportunizou a qualificação dos docentes/cursistas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para o ensino de Africanidades. Ao mesmo tempo, essa formação permitiu a reflexão sobre a prática docente de forma crítica, no que se refere a uma educação que respeita e valoriza as diferenças, combate ao racismo e privilegia a construção de sujeitos que exerçam e usufruam de seus direitos e deveres como cidadãos.

Como docente, mulher e negra, assumi meu compromisso com uma educação que valorize a igualdade nas diferenças, e, a partir delas, fortalecer as relações sociais e culturais nas quais estamos inseridos. Temos a clareza de que nossos esforços com essa pesquisa não esgotam em sobremaneira todo caminho que ainda precisa ser percorrido para que nossos projetos e expectativas dentro da área de formação de professores, bem como da educação para as relações étnico-raciais. O campo das Africanidades, em especial as Africanidades Brasileiras, ainda precisa ser abordado a exaustão em nossos estudos. No entanto, julgamos prósperas as conquistas que obtivemos nesta empreitada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 09 jan. 2003.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 10 mar. 2008.

BRASIL. **Orientações e ações para educação das relações**. Brasília: SECAD/ME, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/SEPPIR, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

BATISTA, Luciana Lima. Educação e diversidade étnico-racial – Legislação e educação das relações e história e cultura afro-brasileira e africana. In: CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; REIS, Edna dos; RODRIGUES, Rodrigo Ferreira (Org.). **Política de promoção da igualdade racial na escola**. Vitória: Ifes, 2016. p. 67-76.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CAPRINI, Aldieris Braz; SOUSA, Ana Lourdes Lucena de. Diretrizes para o ensino de história e a prática voltada à diversidade: um olhar multicultural. **Revista história e diversidade**. Mato Grosso, v. 4, n.1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/163>> Acesso em: 20 jul. 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar história**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECADI, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 1999. p. 143-154.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2013.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. **Incursões sobre a pele**. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

MARCHI, Sandra Aparecida. **Por um ensino de várias cores: formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Rumo à outra didática histórico-crítica: superando imediatismos, logicismos formais e outros reducionismos do método dialético. **Revista Histedbr on-line**, v. 19, p. e019003, 19 mar. 2019.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, v. 5, n. 17, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100004>. Acesso em: 15 maio 2017.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues et al. **Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/03**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. **Estudos afro-asiáticos**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 187-220, jan. 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate: uma introdução aos estudos africanos. In: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro *et. al.* (Orgs.). **História e cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Ágere, 2008. p. 29-49.

OLIVEIRA, Alan Santos de. **Sankofa: A circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SAVIANI, Demerval. A função docente e a produção do conhecimento. **Educação e filosofia**, v. 11, n. 22, p. 127-140, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008. Edição comemorativa.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, 2009. Disponível em: <<http://poseducacaoifbaiano.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-aspectos-hist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3ricos-do-problema-no-contexto-brasileiro.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Africanidades Brasileiras: Esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. **Revista do professor**, Porto Alegre, v. 19, n. 73, p. 26-30, jan. 2003.



INSTITUTO FEDERAL
ESPÍRITO SANTO



PPGEH

Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, endereço

_____ ,

RG _____, CPF _____ , autorizo minha participação de

forma voluntária, no estudo de pesquisa intitulado “Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, sendo que o objetivo é desenvolver uma proposta formativa continuada sobre as Africanidades brasileiras e o ensino e a aprendizagem da História da África, que atenda aos docentes, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em uma perspectiva crítica, reflexiva e emancipatória. Considerando a prática-social como ponto de partida e de chegada nos processos de análise e reflexão da formação docente e continuada, este projeto de pesquisa assume o embasamento teórico para produção e análise de dados sob a perspectiva dialógica histórico-crítica de Saviani. Destaca-se, ainda, a expectativa de promover uma formação que favoreça o diálogo entre os sujeitos, valorize os saberes acumulados na prática docente, aliando teoria e prática de forma dialogada.

Os dados serão produzidos a partir das discussões promovidas no referido curso de formação continuada e de atividades realizadas de forma semipresencial. Além disso, poderão ser realizadas entrevistas semiestruturadas para complementar os dados. Os nomes dos participantes serão preservados atendendo as questões éticas orientadoras da pesquisa com seres humanos. Eu, enquanto participante da pesquisa, estou ciente de que, embora os riscos em pesquisas dessa natureza sejam minimizados, existe o risco de constrangimento que é inerente às relações interpessoais, e que me beneficiarei a partir da análise de meu desenvolvimento profissional enquanto docente. A pesquisadora compromete-se a esclarecer antes e durante a pesquisa a metodologia que estará sendo desenvolvida e utilizada.

Fui devidamente informado (a) que minha privacidade será respeitada, que meu nome será alterado para outro fictício e será mantido em sigilo, a menos que eu mesmo (a) faça questão de ter minha participação identificada. Neste caso, assinarei

um campo *extra*, localizado ao final deste termo, onde consta devidamente o consentimento em ter dados que me identifiquem publicados.

Os pesquisadores envolvidos são a Professora Márcia Maria Silva Peixoto, mestranda, servidora efetiva do Município de Marataizes – ES, e o orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, a partir de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades – PPGEH, e com eles poderei manter contato no Instituto, ou, por correio eletrônico, por meio dos seguintes endereços: acaprini@ifes.com.br, e marcinhapeixoto@gmail.com, residente à Rua Alfredo Ernesto Lopes, 758, Bairro Belo Horizonte, Município de Marataizes – ES.

Fui assegurado (a) sobre a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Recebi duas vias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora de maneira que uma ficará sob minha posse e outra devolvida e arquivada com a pesquisadora. Li ou foi lido para minha pessoa às informações sobre o estudo e estou claramente informado sobre minha participação nessa pesquisa. Como voluntário, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato das informações que eu fornecer. Ficam claros para mim quais as finalidades do estudo, os riscos e benefícios para minha pessoa, à forma como a pesquisa será aplicada para minha pessoa e a garantia de confidencialidade e privacidade de minhas informações. Concordo em participar voluntariamente deste estudo e, se for de meu desejo, poderei deixar de participar da pesquisa em qualquer momento, durante ou após minha participação, sem penalidades, perdas ou prejuízos para minha pessoa ou de qualquer equipamento ou benefício que possa ter adquirido.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o PPGEH (27) 3331.2203/3331.2119 ou enviar e-mail para: ppgeh@ifes.edu.br

Caso queira contatar o CEP/Ifes (Comitê de Ética em Pesquisa), o mesmo pode ser feito no seguinte endereço: Av. Rio Branco nº 50 - Santa Lúcia - Vitória/ES, Tel. (27) 3357-7518, e-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br.

Vitória-ES, _____, de _____ de 2018.

Assinatura do Voluntário Participante

Profª Márcia Maria Silva Peixoto (Pesquisadora)

Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini (Pesquisador Orientador)



APÊNDICE B – TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS

Nome: _____ Idade: _____

Nacionalidade: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Endereço: _____ UF: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Ora designado **CEDENTE**, firma e celebra com os pesquisadores Prof^a Márcia Maria Silva Peixoto (mestranda) e Prof^o Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini (professor orientador), inseridos no Programa de Pós Graduação em Ensino de Humanidades – PPGHE, do IFES – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Avenida Vitória, nº 1729, Bairro Jucutuquara – CEP: 29040-780 – Vitória – ES, designado **CESSIONÁRIO**, o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS EDUCACIONAIS mediante as cláusulas e condições abaixo discriminadas, que voluntariamente aceitam e outorgam:

Por meio do presente instrumento autorizo as pesquisadoras a utilizarem minha imagem e/ou voz, captados por meio de fotografias, gravações de áudios e/ou filmagens de depoimentos, declarações, videoconferência, exercícios, conferência web, entrevistas e/ou ações outras realizadas no curso a serem utilizados com fins educacionais nas redes de ensino público e exclusivamente, para produção de trabalhos científicos.

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter total, gratuito e não exclusivo, não havendo impedimento para que o(s) CEDENTE(s) utilize(m) o material captado como desejar (em), desde que para fins científicos. Declaro ainda

que renuncio a qualquer direito de fiscalização ou aprovação do uso da imagem e outras informações ou de utilizações decorrentes da mesma.

A cessão objeto deste Termo abrange o direito do CESSIONÁRIO de utilizar a IMAGEM E VOZ PRODUZIDOS DURANTE O CURSO do CEDENTE sob as modalidades existentes, tais como reprodução, representação, tradução, distribuição, entre outras, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa. A cessão dos direitos autorais relativos à IMAGEM E VOZ PRODUZIDOS DURANTE O CURSO do CEDENTE é por prazo indeterminado, a não ser que uma das partes notifique a outra, por escrito, com a antecedência mínima de 180 (noventa dias).

Fica designado o foro da Justiça Federal, da seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser superadas pela mediação administrativa.

Assinatura do CEDENTE:

Local: _____, data ____/____/_____.



INSTITUTO FEDERAL
ESPÍRITO SANTO



PPGEH
Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Humanidades
Instituto Federal do Espírito Santo

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Prezado (a) cursista

Este questionário tem o foco em produção de dados para uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades que tem como objetivo qualificar para o ensino de Africanidades com debates sobre a História da África e Afro-brasileira com perspectivas de combater ao racismo, voltado para professores de Anos Iniciais do Ensino Fundamental em formação continuada.

As informações aqui produzidas serão utilizadas como fonte de pesquisa. Logo, necessitamos do consentimento do pesquisado e fica entendido que, ao aceitar responder este questionário estará autorizando a utilização desses dados, com exceção dos nomes que serão utilizados nomes fictícios, para serem usados na pesquisa.

PESQUISADORA: Profa. Márcia Maria Silva Peixoto

ORIENTADOR: Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____

Nome pelo qual deseja ser identificado: _____

Sexo:

() Masculino () Feminino

Idade: _____ anos

Qual seu curso de graduação? _____

Em que ano se formou? _____

Possui pós-graduação? () Sim () Não Se sim, qual?

Você trabalha há quanto tempo na educação?

- () há menos de 5 anos () entre 5 e 10 anos
 () entre 10 e 15 () há mais de 15 anos

Há quanto tempo você atua como professor (a) dos anos iniciais?

- () há menos de 5 anos () entre 5 e 10 anos
 () entre 10 e 15 () há mais de 15 anos

Com qual ano/série você trabalha atualmente? _____

Há quanto tempo você trabalha com esse ano/série? _____

Telefones para contato: _____

Email para contato: _____

SOBRE ENSINO DE AFRICANIDADES BRASILEIRAS, HISTÓRIA DA ÁFRICA:

(pedimos que escreva o que vem a sua cabeça inicialmente, sem olhar alguma definição formal em livros ou outras fontes de consulta).

- 1) A lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Qual sua opinião sobre a implantação dessa lei?

SOBRE O TEMA HISTÓRIA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA:

- 2) Na sua formação inicial (graduação) houve disciplinas específicas que abordassem a história da África e Afro-brasileira? E como estes sujeitos eram abordados?

- 3) Você já fez algum curso de formação continuada sobre o tema? Como o tema foi tratado?

- 4) Como este tema é abordado na sua escola? É por meio das disciplinas e/ou por eixos interdisciplinares, e/ou outros?

5) Quais práticas você desenvolve em suas aulas em relação ao tema?

6) Quais suas dificuldades em trabalhar o tema? Conhecimentos, expectativa, pedagógico, falta de motivo, outros? Comente:

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE COLABORADOR

TÍTULO DO PROJETO: “Africanidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”

PESQUISADOR: Prof^a Márcia Maria Silva Peixoto (Mestranda)

ORIENTADOR: Prof^o Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini

COLABORADOR: _____

O colaborador do projeto acima identificado assume os seguintes compromissos:

- 1- Atuar de forma colaborativa para a execução, logística e aplicabilidade do projeto de pesquisa e do curso de extensão;
- 2- Ter ciência dos objetivos e metodologia de pesquisa adotada para esse projeto;
- 3- Preservar a privacidade e a integridade física dos sujeitos participantes;
- 4- Respeitar todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares na execução deste projeto.

Assinatura

De acordo,

Em, ____/____/2018



APÊNDICE E – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

A Senhora:

Silvana Batista Sales Pereira
Coordenadora do Polo UAB - Itapemirim

Assunto: Apresentação de Projeto de Pesquisa e Solicitação de Autorização para Pesquisa

Prezada Coordenadora,

Apresentamos-lhe o projeto de pesquisa intitulado **“História da África e Afro-brasileira nas séries iniciais do Ensino Fundamental”**. Trata-se de um projeto de pesquisa sendo que o objetivo geral é qualificar para o ensino de História da África e Afro-brasileira com perspectivas de combate ao racismo, voltado para professores de anos iniciais do ensino fundamental em formação continuada, a ser realizado no Polo UAB Itapemirim – ES, em 2018.


Os pesquisadores envolvidos são Márcia Maria Silva Peixoto, mestranda, servidora efetiva do município de Marataizes – ES, e o orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini, a partir de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades – PPGEH.

Como pesquisadora, estou solicitando sua autorização para realizar a pesquisa dentro das dependências do Polo, e também a permissão para fazer menção ao nome da instituição em nossa dissertação e trabalhos acadêmicos que vierem a surgir em consequência desta pesquisa.

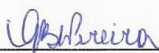
Entrego à senhora uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será igual ao entregue aos alunos que participarão da pesquisa, para que possa verificar que estão sendo tomadas as providências necessárias em pesquisa que envolve seres humanos.

Para tanto, respeitosamente solicito a senhora, emissão de autorização para realização da pesquisa, respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil.

Vitória/ES, 10 de Janeiro de 2018.


Márcia Maria Silva Peixoto
Pesquisadora

De acordo,
Em, 10/01/2018


Silvana Batista Sales Pereira
Coordenadora/Polo UAB – Itapemirim

SILVANA BATISTA SALES PEREIRA
Coordenadora do Polo UAB
Itapemirim - ES
Matrícula nº 12451401



APÊNDICE F – CARTA DE ANUÊNCIA

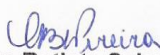
Autorizo a realização da pesquisa intitulada **Formação Continuada de Professores em História da África e Afro-Brasileira: Uma Perspectiva Emancipatória**, coordenada pelo (a) pesquisador (a) Professora **Márcia Maria Silva Peixoto** a ser realizada no **Polo da Universidade Aberta do Brasil – Itapemirim/ES** em conformidade com os objetivos e metodologias previamente apresentados.

Como representante do (a) **Polo da Universidade Aberta do Brasil – Itapemirim/ES** estou ciente das corresponsabilidades associadas ao projeto de pesquisa no compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa recrutados. Declaro ainda estar ciente da autonomia de cada indivíduo em aceitar ou recusar a participar da pesquisa, independente da anuência que apresento.

Esta autorização está condicionada à aprovação da pesquisa elencada acima por um Comitê de Ética em Pesquisa, legalmente instituído, como forma de resguardar o cumprimento das Resoluções nºs 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/ CNS, e suas complementares.

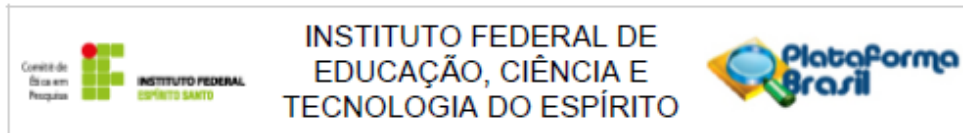
O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Itapemirim – ES, 10 de Janeiro de 2018.


Silvana Batista Sales Pereira
 Coordenadora do Polo UAB - Itapemirim

SILVANA BATISTA SALES PEREIRA
 Coordenadora do Polo UAB
 Itapemirim - ES
 Matrícula nº 12-018-01

APÊNDICE G – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM HISTÓRIA DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Pesquisador: MARCIA MARIA SILVA PEIXOTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83152217.0.0000.5072

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

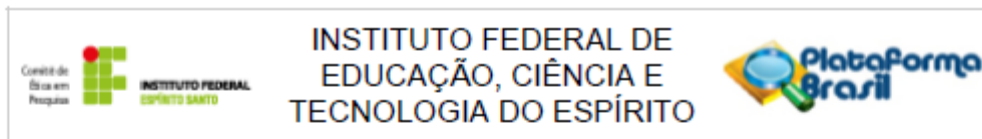
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.576.311

Apresentação do Projeto:

O projeto apresentado, em sua segunda versão, é de natureza sócio-cultural, inserido na linha de pesquisa de formação de professores em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, com foco de investigação voltado ao campo de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental, visando a prática de educação das relações étnico-raciais. Dentro desse direcionamento intenciona desenvolver uma práxis docente por meio de uma proposta de atividades educacionais em um curso de extensão via Pólo UAB do Ifes, com abertura de edital a 20 (vinte) professores do município de Marataízes e Itapemirim – ES, que serão os sujeitos participantes da pesquisa. Como a pesquisadora pretende participação de professores, os quais estarão sujeitos à ética da pesquisa, é pertinente que o Projeto seja submetido às normativas em Ciências Humanas e Sociais dispostas na Resolução nº 510/2016. A pesquisa tem por hipótese que o processo educacional dos participantes trará transformações para a superação de uma cultura de discriminação racial. Nesse sentido, a parte da pesquisa de campo é ancorada no estudo do ensino de História da África e afro-brasileira, além da ênfase em atividades específicas, em forma de propostas pedagógicas trabalhadas em colaboração com os professores, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, fundamentada em Vygotski e Saviani. Os dados que integrarão as análises para alcance dos objetivos serão obtidos de ações como: questionário, grupo focal ou roda de conversa, entrevistas e registro de atividades durante a formação continuada dos professores (online e presenciais). A parte referente a análise de dados, no projeto básico traz

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50
Bairro: Santa Lúcia **CEP:** 29.056-255
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3357-7518 **Fax:** (27)3331-2203 **E-mail:** etica.pesquisa@ifes.edu.br



Continuação do Parecer: 2.576.311

explicações de como os dados serão produzidos e foi acrescentado algum esclarecimento sobre os procedimentos de análise por categorias, segundo a perspectiva histórico-crítica de Saviani.

Objetivo da Pesquisa:

A elaboração e realização de uma proposta de formação continuada para professores das séries iniciais do ensino fundamental a respeito da História da África e Afro-brasileira, em perspectiva reflexiva, crítica e emancipatória.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos, de acordo com o Projeto, são de constrangimentos e imprevistos no diálogo e convívio com os participantes da pesquisa, que se comprometem a evitar, bem como a livre participação e o sigilo dos nomes dos participantes que não quiserem ser identificados. O questionário anexado ao projeto não incorre em questões com interferência de cunho ético. Consta a indicação de uso de equipamento gravador de áudio e imagem durante os procedimentos metodológicos, mas com permissão e cessão prévia dos participantes.

Entre os benefícios estão: a oferta de uma formação continuada aos professores, que possibilite uma ressignificação do fazer docente e uma reflexão sobre o combate ao racismo e preconceitos.

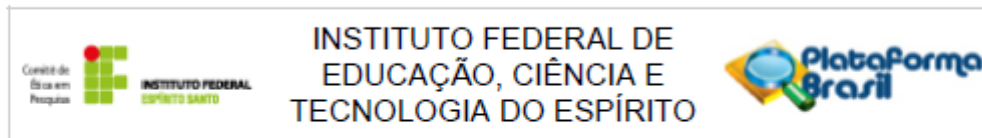
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto contém de modo claro partes importantes para compreensão da pesquisa como a hipótese, objetivos e procedimentos metodológicos, bem como argumentações teóricas pertinentes. O alcance do objetivo geral da investigação tem como primordial a sistematização de uma proposta pedagógica em forma de curso de extensão via Polo – UAB do Ifes, em uma formação continuada para professores de séries iniciais, no município de Marataízes e Itapemirim – ES, cujo tema é "História da África e Afro-brasileira nas séries iniciais do Ensino Fundamental". Portanto, como essa será uma parte intensa da pesquisa de campo, na qual a maioria dos dados da pesquisa será obtida por diferentes procedimentos, é importante que seja considerada a pretensão metodológica do(s) procedimento(s) da análise dos dados em relação àqueles que envolvem os participantes da pesquisa. Nessa segunda versão foi também acrescentado que para o questionário serão realizadas análises via categorias comportamentais de conhecimento e atitudes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Projeto apresenta condizentemente o termo de responsabilidade do pesquisador, infraestrutura necessária e concordância da instituição à qual a pesquisadora está vinculada, bem como a carta de autorização para a atuação junto ao Polo – UAB em Itapemirim, responsável por viabilizar o curso de extensão de formação continuada aos professores participantes.

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50
 Bairro: Santa Lúcia CEP: 29.056-255
 UF: ES Município: VITORIA
 Telefone: (27)3357-7518 Fax: (27)3331-2203 E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br



Continuação do Parecer: 2.576.311

O TCLE (para os professores participantes) possui linguagem acessível, justificativa, objetivos da pesquisa, apresentação dos riscos e benefícios esperados, garantia de anonimato e liberdade de desistência para o participante. É esclarecido sobre a metodologia de obtenção dos dados (questionário, gravações, registros escritos, filmagens, etc). A análise desses dados será realizada a partir da prática-social da pesquisa de formação segundo a perspectiva dialógica histórico-crítica de Saviani. Foi devidamente informado, nessa segunda versão do TCLE, que a pesquisadora disponibilizará a cada participante da pesquisa uma via deste documento, bem como inserido de modo explícito o endereço completo da pesquisadora.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram atendidas nessa segunda versão e submissão do Projeto ao CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando o parecer do relator, o projeto está APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

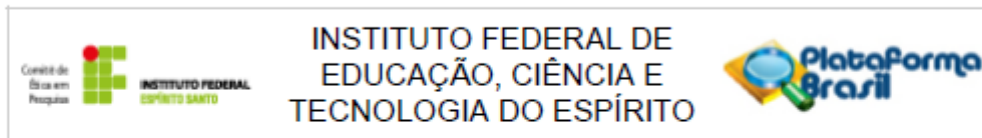
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1025305.pdf	12/03/2018 21:08:10		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	12/03/2018 21:07:12	MARCIA MARIA SILVA PEIXOTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/03/2018 20:03:28	MARCIA MARIA SILVA PEIXOTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Teclle.pdf	12/03/2018 19:59:11	MARCIA MARIA SILVA PEIXOTO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	14/11/2017 23:27:00	MARCIA MARIA SILVA PEIXOTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50
 Bairro: Santa Lúcia CEP: 29.056-255
 UF: ES Município: VITORIA
 Telefone: (27)3357-7518 Fax: (27)3331-2203 E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br



Continuação do Parecer: 2.576.311

Não

VITORIA, 03 de Abril de 2018

Assinado por:
FABIOLA CHRYSTIAN OLIVEIRA MARTINS
(Coordenador)

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50
Bairro: Santa Lúcia CEP: 29.056-255
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27)3357-7518 Fax: (27)3331-2203 E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br